

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CIÊNCIAS SOCIAIS/LICENCIATURA**

KHAMAI GUARINO GUERRA

**“GÊNERO”, SEGUNDO O SUBCAMPO DE PESQUISA DO ENSINO DE
SOCIOLOGIA**

**BRASÍLIA
2024**

Khamai Guarino Guerra

**“GÊNERO”, SEGUNDO O SUBCAMPO DE PESQUISA DO ENSINO DE
SOCIOLOGIA**

Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais
da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cigales

Brasília
2024

G915” Guarino, Khamai

“Gênero”, segundo o subcampo de pesquisa do Ensino de Sociologia / Khamai Guarino; orientador, Marcelo Cigales; Co-orientador, César Maia, 2024.

58p.

Trabalho de Conclusão de Licenciatura – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Licenciatura em Ciências Sociais, Brasília, 2024.

Inclui referências e ilustrações (preto e branco).

1. Ensino de Sociologia 2. Gênero 3. Cientometria. 4. Teoria dos Campos Sociais I. Título de Licenciatura II. Cigales, Marcelo. III. Maia, César IV. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais.

KHAMAI GUARINO

“Gênero”, segundo o subcampo de pesquisa do Ensino de Sociologia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Sociologia, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção de grau de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cigales

Co-orientador: César Portantiolo Maia

Brasília, 20 de setembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Marcelo Cigales

Orientador

Universidade de Brasília

César Portantiolo Maia

Co-orientador

Universidade de Brasília

Haydée Caruso

Avaliadora interna

Universidade de Brasília

Inaê Barbosa

Avaliador externo

Universidade Estadual de Campinas

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Ângela, à Júlia, à Maria Eduarda, à Alice, à Ana Livia, à Barbára, ao Lui, à Doralice, à Rosi, à Roberta, ao José Jorge e ao Marcelo por terem tornado esses últimos quatro anos muito mais que apenas uma graduação.

Agradeço ao Augusto, ao Alexandre, à Silvana, à Ane, à Sarah, à Márcia, à Laura, ao Zulu e à Vida pelo colo que abraçou, pelo ouvido que aguentou todas as minhas teorias malucas e pela boca que advertiu contra as mais insanas.

E agradeço à Sara, por ter feito tudo isso e muito mais.

“A contrassexualidade afirma que no princípio era o dildo. O dildo antecede ao pênis”

Paul Preciado

RESUMO

O presente trabalho analisa o subcampo de pesquisa do Ensino de Sociologia a partir dos usos que destina à categoria “gênero”. À luz de Bourdieu e seus intérpretes, conceitua-se “campo” como “microcosmo dotado de leis próprias, com uma relativa autonomia”, para o qual certas teorias e metodologias, a nível científico, constituem-se como mais legítimas. A partir da Cientometria, é possível localizar a Teoria dos Campos Sociais e investigar, num dado tempo e espaço, não só quais produções conquistam esse mérito, mas também as razões para isso. No recorte aqui proposto, são examinadas trinta e oito produções, agregadas a partir de palavras-chave, com o fim de estabelecer um balanço da produção acadêmica no cruzamento entre “Ensino de Sociologia” e “Gênero”. Os resultados desta pesquisa indicam que: a) o campo do Ensino de Sociologia tem autonomia relativa tanto face à Sociologia quanto à Educação, b) nesse campo, “gênero” é comumente empregado como tema, e não como categoria de análise e c) a interface de “gênero”, bem como de outros temas da diversidade social, com o Ensino de Sociologia pode favorecer um novo *habitus* científico.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Gênero. Cientometria. Teoria dos Campos Sociais.

ABSTRACT

This paper analyzes the research subfield of Sociology Teaching from the perspective of the uses it makes of the category “gender”. According to Bourdieu and his interpreters, a “field” is conceptualized as a “microcosm endowed with its own laws, with relative autonomy”, for which certain theories and methodologies, at a scientific level, are more legitimate. Based on Scientometrics, it is possible to situate the Social Fields Theory and investigate, in a given time and space, not only which productions have earned this merit, but also the reasons for it. In the analysis proposed here, thirty-eight productions are examined, aggregated based on keywords, in order to establish a balance of academic production at the intersection of “Sociology Teaching” and “Gender”. The results of this research indicate that: a) the field of Sociology Teaching has relative autonomy in relation to both Sociology and Education, b) in this field, “gender” is commonly used as a theme, rather than as a category of analysis and c) the interface of “gender”, as well as other themes of social diversity, with Sociology Teaching can encourage a new scientific *habitus*.

Keywords: Teaching Sociology. Gender. Scientometrics. Field Theories.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição das produções analisadas por ano de publicação.....	24
Gráfico 2 - Distribuição das produções analisadas por Instituição de Origem.....	26
Gráfico 3 - Distribuição dos Periódicos por área de conhecimento.....	29
Gráfico 4 - Referenciações por Autora (que obteve cinco ou mais).....	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Combinatória de buscadores para pesquisas por título das produções no Google Acadêmico.....	17
Tabela 2 - Distribuição das produções analisadas por tipo de trabalho.....	20
Tabela 3 - Periódicos com pelo menos 1 artigo (material editorial desconsiderado).....	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LGBTIAP+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Intersexo, Assexual, Pansexual e o símbolo “+” indica a participação de outras minorias de gênero

MESP - Movimento Escola Sem Partido

NEM - Novo Ensino Médio

OCN - Orientações Curriculares Nacionais

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE - Plano Nacional de Educação

PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

ProfSocio - Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional

UnB - Universidade de Brasília

Unicamp - Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 CONFIGURAÇÕES DA BASE DE DADOS.....	18
2.1 Os Buscadores.....	18
2.2 Possibilidades e Restrições de Objetivações da Subjetividades em Gênero.....	19
2.3 Existe vida fora da Pós-Graduação?.....	20
3 APRESENTAÇÃO DA BASE DE DADOS.....	24
3.1 O Número de Produções.....	24
3.2 Anos de Publicação.....	25
3.3 Instituições de Origem.....	26
3.4 Meios de Publicação.....	29
3.5 Outras Visualizações Possíveis.....	31
4 ANÁLISE.....	32
4.1. O Ensino de Sociologia quer ser científico?.....	32
4.2 Uma revolução simbólica em curso?.....	35
4.3 Gênero, uma categoria?.....	37
4.4 Autoras de Gênero.....	39
4.5 Gênero, como tema.....	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E ALÉM.....	45
REFERÊNCIAS.....	49
ANEXO A- TABELA DE PRODUÇÕES ANALISADAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

O enquadramento da realidade em Campos é perspectiva imprescindível para a observação de qualquer produção acadêmica. Por fatores da produtividade intelectual, a Teoria dos Campos Sociais, como tornaram-se em parte conhecidas as ideias de Bourdieu, reconhece não só a inventividade, mas também e principalmente as estratégias, mesmo quando inconscientes, de validação dos produtos científicos.

Redes de colaboração, volume de publicações, inserção em periódicos de estratos superiores, bolsas de produtividade acadêmica, projetos com financiamento, participação em eventos, montante de citações, número de orientações e infinitos outros coeficientes, em seu pensamento, alocam-se em uma hierarquia de práticas, mais ou menos legítimas, que tanto estruturam a malha social de uma determinada disciplina ou temática, quanto por ele são, ao mesmo tempo, estruturadas.

A complementaridade desses dois momentos, em que “estruturas estruturadas” predis põem “estruturas estruturantes” (BOURDIEU, 2009) e vice-versa, configuram um ciclo, ou reprodução, em que a intelectualidade não poderia deixar de se alicerçar. O que se concebe por “ciência”, num dado espaço-tempo e para um dado grupo de pessoas, não é fruto, dessa maneira, apenas de observação, objetiva e universal, da realidade.

A “verdade”, mesmo quando o efeito desses processos é torná-la como se fosse óbvia e geral, não poderia ser, pelo contrário, menos resultado da negociação tácita de diversos agentes pelo seu monopólio. O prestígio acadêmico, sob esse prisma, configura-se como mais um dos capitais simbólicos, dentre o social, o cultural e o econômico, e o Campo relativamente autônomo como um mercado em que essa moeda, por mais que também possa ser convertida, tem mais valor do que qualquer outra:

[...] a definição do que está em jogo na luta científica faz parte do jogo da luta científica: os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem (BOURDIEU, 1983, p. 7).

A Cientometria, uma disciplina voltada a análises de produtividade em uma dada área de conhecimento (VANTI, 2002), permite observar quais dessas formas de “ter, fazer e ser” constituem práticas do “normal” para uma disciplina, uma universidade, um departamento, um tema de pesquisa ou um grupo de pesquisadoras.

Aplicando-na à investigação das Ciências Sociais em sua relação com a Educação Básica, percebe-se que teorias e metodologias já legitimadas tanto pela Sociologia quanto pela

Educação são empregadas, o que põe sob suspeita a autonomia da pesquisa sobre o ensino de Sociologia como um campo à parte.

Autores como Mocelin (2023) e Bodart (2024) afirmam-na como um subcampo, mas outros questionam essa posição. De 1988 a 2008, quando retomam-se os debates sobre a importância da sociologia escolar para a cidadania, e de 2008 em diante, quando se efetiva sua reinserção como matéria obrigatória para o Ensino Médio, é certo que a produção acadêmica na área conquista expressão inédita, mas nem por isso necessariamente autônoma.

Pelo contrário, Silva (2010, p. 24) aponta para a dependência dessas produções em relação ao campo político, no momento de sua re-curricularização:

Em suma, as pesquisas apareceram e aparecem mais nos períodos em que as burocracias educacionais e outros espaços que definem os currículos das escolas selecionam esses saberes como dignos de serem ensinados aos jovens e adolescentes. Nas diferentes reformas educacionais encontramos a presença das Ciências Sociais/Sociologia e quando elas se destacam e permanecem por algum período nas escolas, surgem também estudos e análises sobre sua institucionalização e sobre os problemas relativos ao seu ensino nos níveis básicos do sistema de educação. Com isso, queremos ressaltar que há **descontinuidade na produção pedagógica e na produção científica** em torno dos fenômenos do ensino das Ciências Sociais/Sociologia [...] (Grifo nosso)

Em complemento, Ferreira e De Oliveira também denunciam a sujeição dessas pesquisas à burocracia curricular, mas agora frente à relação, constituída desde a redemocratização do país, entre Sociologia Escolar e Cidadania:

[...] Ensino de Sociologia passa a ser forjado nesse momento, buscando novas formas de legitimação, assentadas não em argumentos que girassem em torno de seus aspectos científicos, mas, sim, por meio de uma ligação entre o ensino dessa ciência e a formação para a cidadania [...] (WEBER, 1966, *apud* FERREIRA & DE OLIVEIRA, 2015, p.35)

Em vista de sua dependência, seja para os campos da Educação e da Sociologia, seja para o da política, é possível argumentar que a pesquisa do Ensino de Sociologia não parece bastar-se. Isso não quer dizer com toda certeza, entretanto, de que não se trate de um campo, mas, no mínimo, de um campo menos independente do que poderia ser, tendo em vista que sua “autonomia [...] é medida pela possibilidade de ‘refratar’ as influências de outros” (FERREIRA, DE OLIVEIRA; 2015).

Subordinado, deste modo, nem que parcialmente a outras esferas, poderia-se considerá-lo, na verdade, como um *subcampo*, ou do Ensino Sociologia, ou da Sociologia ou da Educação. O primeiro caso é o de Mocelin (2023), que ao invés de sujeitá-lo à disciplina como um todo, faz-o particularmente em relação à sua faceta escolar.

Que a Sociologia e o Ensino de Sociologia constituam arenas muito distintas, ainda que interdependentes, parece não exigir muita explicação. Quanto à definição, entretanto, das pesquisas sobre Ensino de Sociologia como campo, Bodart (2023, p.110) afirma que:

o "subcampo de pesquisa do Ensino de Sociologia" é uma subdivisão [...] caracterizada pelas estruturas e agentes envolvidos na produção e disseminação de pesquisas científicas nessa área, englobando pesquisadores/as dedicados/as ao tema, suas pesquisas e publicações, eventos científicos especializados, Grupos de Trabalho (GTs), laboratórios, grupos de pesquisa, entidades científicas, revistas especializadas, programas de formação docente em Sociologia, bem como as regras e símbolos que conformam essa esfera.

Mesmo após os recortes em "campo", "campo de Sociologia", "campo do ensino de sociologia" e, finalmente, em "subcampo de pesquisa do ensino de sociologia", tanto ainda é possível quanto útil fragmentar a realidade. Na escola, não nos esqueçamos, afinal, não apenas a disciplinaridade, mas também o gênero, como em todos os espaços, forma uma importante categorização de mundo.

Qual outro ângulo aparecerá, então, se adicionarmos gênero à equação? Bodart (2024) inicia essa investigação a nível quantitativo, mas outras perguntas ainda restam. Na confluência de três áreas distintas, quais autoras¹ sobressaem-se? São as mesmas da sobreposição de Sociologia com Educação, ou os Estudos de Gênero dinamizam o campo de outra forma? Como a subjetividade e prática em sala de aula configuram um outro modo de fazer ciência? Qual a definição de gênero com que pesquisadoras do Ensino de Sociologia estão investigando e qual, se não a mesma, as professoras estão transpondo em suas aulas?

O presente trabalho propõe-se a responder essas e outras questões face ao que for possível extrair de trinta e oito trabalhos agregados a partir de buscas online. Para isso, além desta introdução, o trabalho divide-se em mais três capítulos. O primeiro, descritivo, trata da seleção dos buscadores e demais estratégias cientométricas, bem como da apresentação e tabulação dos materiais analisados. O segundo encabe-se de análises, separadas em: a) o Ensino de Sociologia quer ser científico? b) Revolução simbólica em curso c) Gênero, uma categoria d) Autoras de Gênero e e) Gênero, como tema. Ao fim, seguem-se algumas considerações e orientações para pesquisas futuras.

Com todo esse esforço descritivo-analítico, espera-se suscitar reflexões tanto sobre o atual estado da produção acadêmica sobre o ensino de Sociologia e sua autonomia, quanto

¹ Ao longo de todo o texto, plurais com pelo menos um sujeito feminino, ou sujeito neutro, serão flexionados para o gênero feminino, mesmo à revelia da norma padrão da língua portuguesa.

sobre os sentidos atribuídos à disciplina, sobretudo no que tange ao seu trato das temáticas da diversidade e cidadania, em relação às novas agentes que a compõem.

Para mim, essa atenção aos temas polêmicos, como os associados a chamada “ideologia de gênero” (MISKOLCI, 2017), é ainda mais relevante, cabe destacar, porque, como estudante e futura professora transgênero, tenho com eles um senso de dever e vejo, não só, mas sobremaneira na sociologia escolar, meios de garantir a permanência de corpos dissidentes, como o meu, ainda que esse problema não receba, por enquanto, nem o prestígio nem a atenção que merece dentre minhas colegas.

2 CONFIGURAÇÕES DA BASE DE DADOS

2.1 Os Buscadores

Para o levantamento de trinta e oito produções, foram usadas, ao total, vinte e quatro diferentes combinações de termos como buscadores na plataforma Google Acadêmico. Mobilizando o recurso de *Pesquisa Avançada*, as associações de palavras-chave puderam limitar-se aos títulos das publicações, gerando um contingente sobre o qual análises qualitativas, texto a texto, ainda seriam possíveis.

Tabela 1 - Combinatória de buscadores para pesquisas por título das produções no Google Acadêmico

Gênero	+	Sociologia	+	Ensino
		Ciências Sociais		Aula (e Aulas)
		Antropologia		Escola (e Escolar)
				Educação (e Educacional)
				Ensino Médio
				Conteúdos
				Currículo (e Curricular)

Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa do dia 24/04/2024.

Cabe mencionar que, da minha perspectiva, mesmo lançando mão de técnicas quantitativas, trabalhar com um número maior de produções ainda seria contraprodutivo, tendo em vista que, na maioria dos textos, a menção aos temas do gênero não é mais do que um exemplo ou breve contextualização. Num diálogo mais íntimo com as definições que as agentes da pesquisa sobre o ensino de Sociologia fazem da categoria gênero e as relações que essas mantêm com o campo denominado de “Estudos de Gênero”, não pude deixar de preferir, então, por trabalhar com trinta e oito, mas de maneira detida, invés de com 2.880 publicações resultantes de pesquisas no corpo do texto.

Outra observação importante em relação à seleção dos buscadores é possível em comparação ao trabalho de Bodart (2024). Em seu artigo, lança mão, além dos termos imediatamente relacionados à temática, também de buscadores tangentes às discussões de gênero, como “aborto” ou “LGBT”. Apesar dessa, ao meu ver, ser uma decisão acertada de sua pesquisa, meu esforço cientométrico é mais destinado às concepções acadêmicas e, para observá-las, decidi que seria necessário, antes, identificar se são conscientes ou não.

Sem o uso da categoria “gênero”, é possível versar sobre uma infinidade de assuntos que com ele relacionam-se, mas essa proximidade, muitas vezes, não é óbvia nem para quem a emprega. Para ter certeza, então, de que estaria em diálogo com pesquisadoras expostas, nem que em menor medida, à discussão em torno da categoria, dei preferência, mais uma vez, a essas trinta e oito publicações, em oposição a todas que poderiam surgir de “transgênero”, “mulheres” ou “queer”, dentre outros buscadores.

2.2 Possibilidades e Restrições de Objetivações da Subjetividades em Gênero

Uma das intenções originais deste trabalho era tecer relações entre trajetórias pessoais de autoras, sua posição na rede e sua obra. Mirando cientistas influentes, esse painel com certeza teria sido mais fácil do que com graduandas, como eu, autoras de um ou outro artigo e quase sem presença pela internet. Buscar elementos biográficos que interagem com a agenda de pesquisa; em gênero, aliás, possui pelo menos outra dificuldade.

Em outros campos, reduzir a subjetividade de autoras a “homem” e “mulher”, como fazem algumas pesquisadoras do ensino de Sociologia, seria menos nocivo, ainda que trouxesse danos. Tematizando as relações de gênero, entretanto, constitui um erro que desserve aos propósitos do próprio campo, ou, no mínimo, daquilo que se defende no papel, e da obra em que essas essencializações são encontradas.

Tomar “homem” ou “mulher” como categorias universais e acachapantes não é senão confirmar, na verdade, a inescapabilidade do sexo, categoria que costumeiramente faz oposição a “gênero”, como natureza. É negar, em outras palavras, a própria conceituação desse último e, por mais que essa divisão tenha serventia para demonstrar, ou mesmo exaltar, a participação de “mulheres” no campo, não se pode apenas invisibilizar formas de masculinidade não-hegemônica, que, senão mais escanteadas pela norma heterossexual e cisgênero, no mínimo ocupam lugares tão marginais quanto o das “mulheres”.

Nos debates de gênero, desta maneira, nem só essas últimas representam “pesquisadoras interessadas”, cuja subjetividade costuma-se destacar em análises como as da cientometria. Homens GBPTPIA², pessoas não-binárias, travestis e mulheres transgênero, que não se pode desconsiderar dentro da categoria “mulher”, mesmo quando sua experiência política é muito distinta daquela cisgênero, também podem fazer, por bem ou por mal, uma pesquisa “politicamente engajada”.

² Exclui-se o “L”, significando “Lésbicas”, da sigla mais comumente usada, pois fala-se exclusivamente de homens.

Em realidade, aliás, sempre fazem, assim como é verdade para todo e qualquer pesquisador, mas por “politicamente engajado”, na lógica científica, compreendem-se as visões “anormais” (HARAWAY, 1995) das mulheres, das pessoas não-binárias e dos homens gays, panafetivos, afeminados e transgênero.

Desarticular o feminismo por completo em preferência de um ativismo *queer*, admite-se, entretanto, não é do interesse de todas e cabe, sem dúvida, reconhecer que ainda é pertinente destacar as conquistas de mulheres numa sociedade marcada pelo binarismo, mesmo quando ele não abarca toda a diversidade de perfis das pesquisadoras de gênero. Não só isso, mas defini-las como um dos dois lados, por certo, não é propositalmente desconsiderar formas de violência para além da misoginia ou mesmo ignorar outras minorias, inclusive porque existem limites materiais para esse tipo de observação.

Dados sobre cisgeneridade ou transgeneridade, orientação sexual e tantos outros elementos da identidade, convenhamos, não são lá muito acessíveis em currículo Lattes, perfil do LinkedIn ou página do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, em respeito à privacidade das pessoas, não há a menor intenção aqui em se argumentar a favor de sua sistematização ou mesmo publicização.

Trata-se, nem por isso menos, de uma limitação, sobre a qual advogo que o melhor seja a humildade, antes de nos precipitarmos, com análises tipificantes e reducionistas. Isso não é dizer, contudo, que, em alguns casos, gênero e outros marcadores da diversidade não possam ser úteis e até centrais para análises em rede e observação de campos.

Em muitos casos, aliás, é também imprescindível. Em trabalhos que investigam gênero, é comum que autoras demarquem suas identidades, seja brevemente, com a introdução ou um esforço de objetivação da subjetividade, seja ao longo de todo texto, com uma escrita em primeira pessoa, e, quando o fazem, é obrigação e privilégio de quem os analisa levar em conta esses posicionamentos, tanto como qualquer outro dado.

Assim sendo, evitei fechar “perfis” tanto quanto foi possível, mas em alguns raros casos simplesmente não foi viável. As expectativas, como me propusera inicialmente, de construir uma ponte entre trajetórias pessoais das autoras analisadas, sua posição na rede e sua obra frustraram-se, seja pela ausência de informações disponíveis online, seja pela intermitência, na base de dados, de textos que se subjetivam.

2.3 Existe vida fora da Pós-Graduação?

Ao lado dos demais balanços sobre o campo do ensino de Sociologia, outra particularidade das estratégias cientométricas aqui empregadas é a inclusão de uma variedade distinta de trabalhos. Das revisões que me antecedem, a maioria restringe-se a dissertações e teses da pós-graduação (HANDFAS, 2011; HANDFAS & MAÇAIRA, 2012; OLIVEIRA, 2015; BODART & CIGALES, 2017) e, enquanto isso permite, por um lado, observar o que há de mais influenciado e de influente no campo; por outro, ignora-se os entraves comunicativos que diferenciam a produção de “recém-chegados” daquela de agentes já legitimados.

Isso não é dizer, todavia, que a resultante geral, não seja a valorização das publicações de pós-graduadas, à medida que, por sua vez, também são as que maiormente mobilizam, citam e trocam com as produções de professoras, agentes detentores de “capital acadêmico institucional” (BOURDIEU, 2009), como “infraestrutura laboratorial [...] financiamentos e cargos de liderança” (BODART, 2024, p.111), fora posições de editora em revistas de renome.

É questionar, apenas, quanto a soma permite observar, isoladamente, cada um dos vetores que constitui o campo e quanto da passagem de uma esfera a outra é imediata. Em alternativa a esse automatismo, poderia-se considerar uma infinidade de mecanismos que, apesar de sua diversidade, estão todos englobados, de uma maneira ou de outra, pelo conceito de *habitus*, que conforme Bourdieu:

[...] são sistemas de ‘disposições’ duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 2009, p. 87, grifos do autor)

A forma de inculcação das práticas dos “estabelecidos” aos que pleiteiam posições mais confortáveis na rede pode ocorrer, segundo essa definição, apenas de modos muito distintos entre graduandas e pós-graduandas.

Suas rotinas de produção, em primeiro lugar, já constituem *habitus* díspares e, talvez, até opostos. Enquanto as primeiras dependem, quase exclusivamente, dos currículos; as segundas, na realidade, mesmo se quisessem, não teriam à dispor um conjunto finito de teorias em que se apoiar. As primeiras, além disso, tendem a ter uma pequena quantidade de capitais, dispersos em uma grande diversidade de temas; enquanto as segundas, que já iniciam os cursos com um projeto embaixo do braço, costumam operar no sentido contrário.

À medida que as primeiras, poderia-se afirmar, têm autonomia de pensamento, mesmo quando esse percorre um mundaréu, muitas vezes desconexo, de ideias completamente distintas de um semestre para o outro, e quase nenhuma liberdade material; as segundas estão constantemente sob orientação de um fio condutor e podem ter ao seu alcance laboratórios, grupos de pesquisa, mediação de eventos, bolsas e autorização para pesquisar em locais a que as graduandas, sem experiência, não teriam acesso.

A transmissão do que são “boas práticas”, desde o jeito de falar e, principalmente, quando falar, a saber em que revistas é prestigioso publicar e como alcançá-las, ocorre, em nível qualitativo, e não necessariamente quantitativo, de maneira muito assimétrica entre graduandas e pós-graduandas e mesmo também, em relação às últimas, entre mestrandas, doutorandas e pós-doutorandas, ao passo que vão sobrevivendo e internalizando “as regras da produtividade acadêmica”.

Às primeiras, apesar das particularidades expostas, os balanços do Ensino de Sociologia ainda não dedicaram atenção suficiente. É possível imaginar, ao menos, três explicações, todas com uma parcela de verdade, para esse desinteresse: 1) a presunção de que as produções da pós-graduação chegassem às graduandas sem intermédio de outras agências, como o currículo, ou, ainda, sem resistência por parte das últimas, 2) o desconhecimento de produções elaboradas por graduandas, que se intensificam, em número e diversidade, a partir da ampliação dos estágios obrigatórios, trabalhos de conclusão de licenciatura e outras medidas curriculares, como o PIBID e os laboratórios docentes e 3) as limitações técnicas para o levantamento de trabalhos de menor prestígio, como relatórios de estágio, sem a disseminação de ferramentas como o Google Acadêmico.

Para além da bidimensionalidade professora/pós-graduanda, apenas dois balanços dedicaram-se a produtos acadêmicos de menor prestígio. Brunetta e Cigales (2018) debruçam-se sobre os dossiês e Bodart (2024) sobre artigos, mas somente os encontrados em revistas de estrato superior.

Essa inclusão, ainda que limitada, revela um redimensionamento não só técnico, como propus face à difusão de ferramentas como o Google Acadêmico, mas também metodológico, já que, dentre as professoras do Ensino de Sociologia, menor parcela procura especialização. Investigar o currículo da graduação e o *habitus* de suas estudantes, dentre outras abordagens possíveis, apresenta-se, dessa maneira, como um primeiro passo em direção à compreensão do perfil docente da disciplina, tema que, apesar de muito pesquisado, ainda não estabeleceu diálogo com a cientometria.

Nessa toada, considerei para este trabalho nem só teses, dissertações e artigos, mas, na realidade, toda publicação que resultasse dos buscadores descritos na seção anterior. Desse modo, também trabalhos de conclusão de curso e até resumos, mesmo quando brevíssimos, compuseram minha base de dados, dentro do que foi possível extrair do Google Acadêmico, com suas limitações face à busca repositório por repositório.

Tabela 2 - Distribuição das produções analisadas por tipo de trabalho

Artigo em Periódico	15
Dissertação de Mestrado	06
Resumo ³	06
Trabalho de Conclusão de Licenciatura Ciências Sociais	04
Seção de Livro	02
Tese de Doutorado	02
Outros ⁴	03

Fonte: Elaboração Própria.

³ Compreendem-se resumos para submissão em evento, resumos de experiência de estágio e resumo de conferência.

⁴ Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, Artigo como TCC para aprovação em curso de especialização e Material Editorial (Apresentação de Dossiê).

3 APRESENTAÇÃO DA BASE DE DADOS

3.1 O Número de Produções

Em “Raça, gênero e Ensino de Sociologia: uma análise da produção científica”, Bodart (2024) apresenta 29 produções, dentre um total de 50, voltadas exclusivamente a gênero ou em combinação às discussões de raça-etnia. Descartadas as publicações coincidentes, obtém-se entre o dele e o meu trabalho um montante de 56 resultados para a temática⁵, em uma diversidade de abordagens e interesses.

A esse número, apesar do otimismo que possa trazer, cabe uma ressalva. Sua significância para a interface de “gênero” com ensino de Sociologia sem dúvida é maior do que para eles separados. Para comparar esse somatório à produção individual de cada uma dessas áreas, seria necessário coerência na coleta de dados e, mesmo entre as duas cientometrias que contam para 56 produções, há divergências metodológicas.

Esse dado por si só já sinaliza, todavia, para a necessidade, no futuro, de webometrias⁶ que não se restrinjam nem apenas ao buscador “gênero”, nem ao Google Acadêmico, nem aos periódicos. Considerando, por ora, apenas as correspondências à minha pesquisa, ainda são possíveis algumas, e não muitas, comparações⁷.

Em combinação à “Educação”, obtém-se impressionantes 3.360 resultados, o que, para efeitos de confrontação, ao meu ver, já dispensa a inclusão de outros termos. Junto à “Sociologia”, “gênero” aponta para uma maior autonomia do campo, ou subcampo: das 103 produções, 34⁸ ou, aproximadamente, 33% estão dedicadas à disciplina em sua versão escolar.

Somadas às provenientes de “Antropologia”, “Ciência Política” e “Ciências Sociais”, o número não se altera tanto. De toda a área de conhecimento, com 230 produções, quase 17% estão voltadas à docência. O que esses comparativos revelam?

Cabe pontuar, antes, o que não revelam. Primeiro, que “gênero” é uma palavra polissêmica e, portanto, dentre os resultados para “Educação”, mais do que para outros recortes, constarão pesquisas que o empregam em sentido literário e artístico. Em segundo lugar, que “Educação” também têm ambivalências, empregada às vezes apenas como sinônimo de “ensino”, ao invés como campo associado à pedagogia. Em terceiro e também

⁵ Dentre as 38 produções que analiso, uma é o próprio artigo de Bodart (2024).

⁶ Webometria é a cientometria realizada a partir de buscadores pela internet.

⁷ O Google Acadêmico oferece a opção de “Incluir Citações”, que, para evitar mais de uma ocorrência da mesma obra, foi desativada nessas e em todas as pesquisas do trabalho.

⁸ Aqui, restringe de 38 a 34, porque 04 produções não continham “Sociologia” no título.

mais importante, que o número de trabalhos em que aparecem “Sociologia” e “Gênero” refletem, em pouca medida, a produção da sociologia sobre gênero.

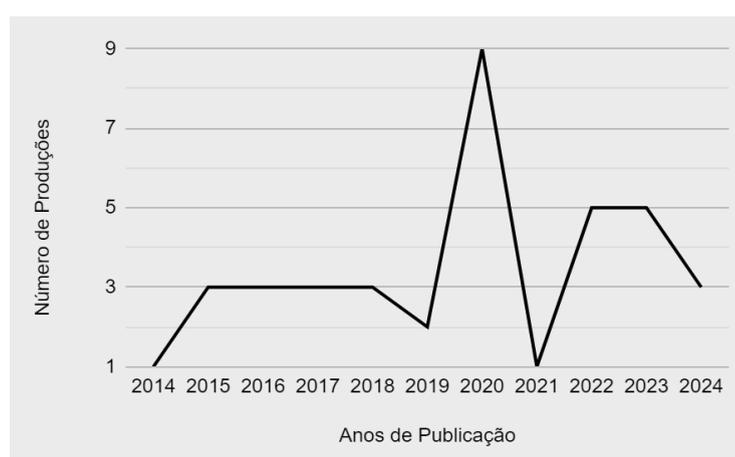
A pesquisa em um tema, ou disciplina, e a pesquisa *sobre a pesquisa* são esforços, afinal, muito distintos. Não se pode imaginar que os estudos da Sociologia, ou qualquer outra área, incluam-na em seus títulos, ao contrário do que fazem as ciências da Educação, da Arte e demais metodologias de revisão.

Posto isso, a tentação é de dizer que a categoria “gênero” para o ensino de Sociologia adquiriu maior autonomia frente às Ciências Sociais, onde aparece em proporcionalidade mais expressiva, do que em relação ao campo da Educação⁹. O que pode até ser verdade exige até aqui, entretanto, muita cautela, pois o que se mede não é a produtividade das disciplinas ante à gênero e, sim, sua reflexividade diante do mesmo recorte.

Por último, “Ensino de Sociologia”, apenas, resultou em 1.090 produções, das quais “Gênero” representa, com 36 correspondências na combinação desses dois buscadores, apenas 3%. Em minha análise, trata-se de uma participação surpreendentemente limitada, considerado que esse tema, pelo menos na última década, caracterizou-se por ser, talvez até mais do que a educação étnico-racial, um dos eixos centrais de disputa pela retirada completa ou pela restrição, em parte, da disciplina na educação básica (BARBOSA, OLIVEIRA; 2024).

3.2 Anos de Publicação

Gráfico 1 - Distribuição das produções analisadas por ano de publicação



Fonte: Elaboração Própria.

⁹ Caracterizar o campo da Educação, a rigor, seria infinitamente mais complexo. Menciono-o aqui, em especial, por terem sido seus programas de pós-graduação, ainda que apenas eles não o definam por completo, de onde 53% das dissertações, até 2012, sobre Ensino de Sociologia eram provenientes (HANDFAS, MAÇAIRA; 2014).

O primeiro trabalho da série foi publicado em 2014. No estudo de Bodart (2024), produções dedicadas à interface de gênero com Ensino de Sociologia revelam-se mais cedo, mas associadas ao descritor “aborto” (VIOTTO, 1999), e não a “gênero”. Apesar dessa distinção, ambos os balanços apontam para “uma ampliação significativa e constante sobre o tema a partir do ano de 2014” (BODART, 2024, p.115).

Após esse, o autor destaca o ano de 2021, mas, em minha progressão, é o de 2020 que desponta e, cabe salientar, por uma margem significativa. Essa diferença decorre, entretanto, apenas do tipo de produção analisada. Das 09 produções que chamam atenção para esse ano, e não para o seguinte, 07 são dissertações, formato que não foi contemplado pelos levantamentos de Bodart (2024).

Além dessa, há outra distinção, agora analítica. Para Bodart (2024), o interesse crescente pela categoria “está correlacionado com a expansão das políticas públicas educacionais inclusivas que vêm formando novos pesquisadores/as oriundos de grupos historicamente excluídos” e, por mais que esse seja, sem sombra de dúvida, um fator, sobretudo para a intersecção de “Ensino de Sociologia” e “Raça-etnia” a que também se dedica seu Estado da Arte, há ainda outro.

A partir de 2014, quando ambas as autoras identificam incremento na produção, há também maior atuação do Movimento Escola Sem Partido (MESP), um dos responsáveis pela disseminação do terror à “Ideologia de Gênero”, junto ao Congresso, ao Plano Nacional de Educação e, finalmente, às legislações estaduais e municipais.

Com as tramitações, mais tarde, do Novo Ensino Médio e principalmente com a eleição de Jair Bolsonaro, as estratégias do “pânico moral” (MISKOLCI, 2017) ainda intensificaram-se e, fruto disso, dos 38 trabalhos analisados, 07 dedicam-se exclusivamente a tratar dos impactos da agenda conservadora e, em especial, nas orientações curriculares da educação básica. Parcela majoritária dos demais, se não se justificam inteiramente pela importância de valorizar a “lógica do professor de Sociologia frente a estas mudanças conservadoras” (DE ANDRADE, MENEZES; 2017), no mínimo mencionam-na.

3.3 Instituições de Origem

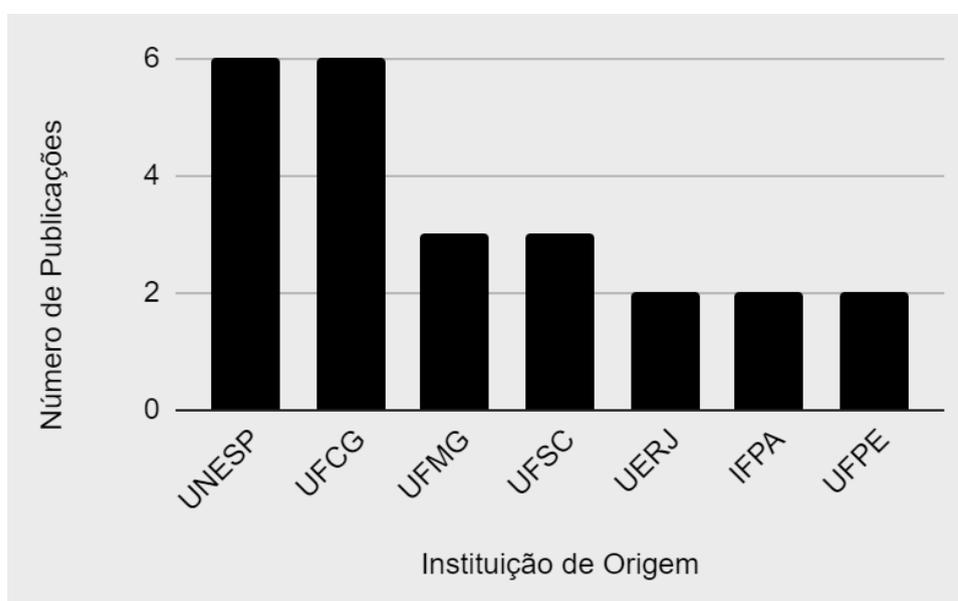
Durante minha experiência acadêmica enquanto graduanda, estive vinculada à Universidade de Brasília, convivendo e trocando, quase exclusivamente, com pessoas em configuração similar. Os conhecimentos de que desfruto sobre a estrutura de outros cursos de

Ciências Sociais, tanto a nível de graduação, quanto de pós-graduação, portanto, são muito limitados e isso, sem dúvida, se não impede, no mínimo restringe as correlações que posso tecer entre as obras, as autoras e suas instituições de origem.

Antes mesmo disso, há de se considerar, entretanto, que outro empecilho, não só meu, mas provavelmente também de outras pesquisadoras que desejarem debruçar-se sobre esse tema, é a dificuldade de acessar e, ainda mais, de sistematizar as instituições de que são provenientes os trabalhos. Por essa razão, tomei em consideração o vínculo institucional presente ou, na ausência dele, o mais recente, quando se omitiram, nas próprias produções, descrições que permitissem identificar a que universidade, faculdade ou fundação estavam associadas à época que publicaram.

Além disso, para o gráfico a seguir, foram importadas apenas instituições com mais de uma produção vinculada à base de dados. Dessas 07 universidades¹⁰, que, por si só, já formam um contingente tímido, somente 03 têm mais de 02 publicações. O interesse pela temática revela-se ainda mais insignificante, contudo, se observado, além disso, que existiam, até 2017, 162 cursos de licenciatura em Ciências Sociais pelo país (BODART, TAVARES; 2021)

Gráfico 2 - Distribuição das produções analisadas por Instituição de Origem



Fonte: Elaboração Própria.

¹⁰Não só entre as que constam no gráfico, mas também na base de dados, maioria é de instituições públicas, à exceção apenas do Centro Universitário Toledo. Face à ausência de instituições privadas, hipotetiza-se, como fazem também Bodart e Cigales (2017), que essas últimas fazem a publicização e o indexamento de suas produções com menos interesse do que as primeiras.

Feitas as ressalvas necessárias, o primeiro caso que chama atenção é o do Mestrado Profissional em Rede Nacional (ProfSocio). De 38 produções, 05 são oriundas dele e, apesar de não poder determinar, com certeza, por quais razões dá-se todo esse seu interesse, breve e quase repentino, pela categoria “gênero”, ainda é interessante observar que ocorre no interior de um dos primeiros programas de pós-graduação dedicados a professoras com atuação em sala de aula, as quais convivem, mais do que outras agentes do campo, com temas demandados pela própria realidade escolar.

Não só isso, mas também ocorre em instituições específicas dentro da rede. Mais de 10 universidades participaram do programa, do ano de 2018 ao de 2020, mas apenas 02 foram coletadas pela base de dados: a UNESP e a UFCG, cada uma com 03 trabalhos. Em relação à primeira, é ainda mais interessante notar que, considerados todos os tipos de produção, dentre seus 06 trabalhos, encontram-se também, em anos subsequentes, as únicas 02 teses de doutorado: “Gênero e sociologia no ensino médio: entre ensinar e aprender” (ARAÚJO, 2019) e “Gênero, sexualidade e mídiatização no ensino de Sociologia: podcast escolar produzido com educandas e educandos do Ensino Médio” (YOSHIMOTO, 2020).

Supondo que não se trata de um problema de acesso ao repositório de outras instituições vinculadas ao ProfSocio, ainda é impossível determinar se essa concentração dá-se em função da atuação de um projeto de extensão ou de um laboratório, de uma disciplina voltada à temática, da agência de uma professora em específico ou do perfil discente encontrado nessas universidades, dentre outros possíveis fatores.

Independentemente das razões, há margem, todavia, para a caracterização de um ou mais subcampos, ainda que brevíssimos, com não apenas lugar dedicado à interface do Ensino de Sociologia e Gênero, mas também temporalidade, já que todos esses 07 trabalhos de conclusão de pós-graduação foram produzidas no intervalo de quatro anos, 2019-2023.

Contra essa definição, o argumento que se pode oferecer, é a ausência de pesquisadoras verdadeiramente dedicadas a ele. De todas as 53 autoras que somam à base de dados, apenas 02 têm mais de uma produção voltada à interface do Ensino de Sociologia com Gênero: Inaê Iabel Barbosa, doutorando em Ciências Sociais, na linha de pesquisa em Estudos de Gênero, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e Cristiano das Neves Bodart¹¹, autor já consolidado no campo do Ensino de Sociologia, sobretudo em função de seus Estados da Arte e a fundação do blog/periódico acadêmico “Café com Sociologia”.

¹¹ Ambos seus trabalhos encontram-se na mesma publicação, sendo um deles, inclusive, a apresentação do dossiê, “Raça, Gênero e Ensino de Ciências Sociais/Sociologia”.

Na pesquisa mais recente desse último (2024), o panorama, aliás, não é tão distinto e “dentre os 80 autores/as, seis publicaram dois artigos cada”. Não é possível identificar, em seu trabalho, quais deles fizeram isso em relação a “gênero”, quais a “raça-etnia” e quais à intersecção dos dois, mas o número que interessa aqui, mesmo no cenário mais otimista, em que todos os 12 artigos estivessem dedicados a gênero, ainda seria muito limitado.

Por consequência, pode-se considerar que se especializar no recorte do Ensino de Sociologia com Gênero não é um “jogo que valha a pena jogar” (BOURDIEU, 2011) ou que até agora, pelo menos, não foi possível identificar muita continuidade, mesmo que ela exista ou esteja em curso de existir.

3.4 Meios de Publicação

Os artigos da base de dados foram publicados em 13 diferentes periódicos. Desses, 06 em revistas dedicadas à Educação, 04 às Ciências Sociais, 02 ao Ensino de Sociologia e 01 às Ciências Humanas. Apenas duas revistas, a *Café com Sociologia* e a *Inter-Legere*, constavam com mais de uma produção.

Desconsideradas as revistas dedicadas ao Ensino de Sociologia, cerca de 14% das publicações estão associadas a dossiês encabeçados por essa temática e outros 43% a dossiês de “Gênero”. Ao total, 57% dos artigos estão vinculados, em um caso ou em outro, a este formato de publicação, sem que houvesse sobreposição desses dois recortes.

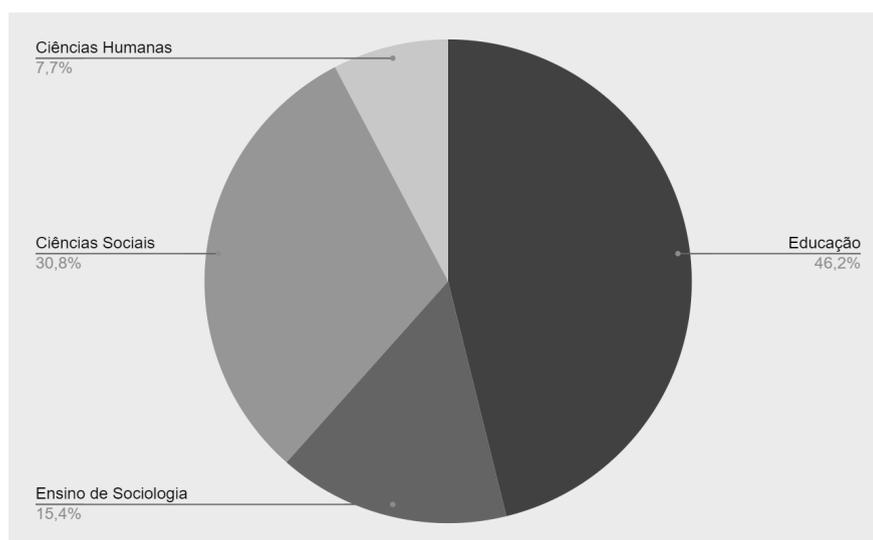
Se, face a esses dados, poderia-se afirmar que “a produção científica sobre o ensino de sociologia está assentada, em grande medida, na publicação em formato de dossiês, visto que a temática não ganhou força suficiente para se autonomizar como campo” (CIGALES, BRUNETTA; 2018, p.150), é ainda mais verdade que adquiriu autonomia superior em relação à Sociologia, comparada à que galgou frente à Educação e, sobretudo, aos Estudos de Gênero.

Tabela 3 - Periódicos com pelo menos 1 artigo (material editorial desconsiderado)

Café com Sociologia	02
Inter-Legere	02
Acta Scientiarum	01
Cenas Educacionais	01
Contemporânea	01
Diversidade e Educação	01
MovimentAção	01
Interfaces Científicas-Educação	01
Perspectiva Sociológica	01
Retratos da Escola	01
Revista de Estudos em Educação e Diversidade	01
Três Pontos	01
Vernáculo	01

Fonte: Elaboração Própria.

Gráfico 3- Distribuição dos Periódicos por área de conhecimento



Fonte: Elaboração Própria.

3.5 Outras Visualizações Possíveis

Seria ainda possível observar a base de dados sob o prisma: 1) das temáticas abordadas, mas, em virtude da proximidade delas, prefere-se pontuar, no capítulo seguinte, quais são as autoras mais empregadas; 2) do número de citações de cada uma dessas publicações, com o intuito de ponderar quais são mais influentes e por quê; 3) das produções das autoras em campos correlatos, como em Estudos de Gênero ou Educação; 4) das instituições de formação das autoras, para além do vínculo presente, ou na omissão dele, o mais recente; 5) das redes de colaboração e co-autoria; 6) dos departamentos de vinculação, presumindo que também a Antropologia e a Ciência Política, além da Sociologia, podem interessar-se pela intersecção de Ensino de Ciências e “gênero”; 7) das linhas de pesquisa a que as autoras pós-graduandas estavam associadas; 8) do envolvimento com laboratórios e outros projetos, como extensão ou PIBID; 9) do cumprimento de estágios docentes tanto obrigatórios, quanto não-obrigatórios; 10) dos marcadores sociais das autoras, bem como de sua atuação política, mas isso requereria, ao meu ver, uma abordagem mais a fundo em suas trajetórias, como expliquei em uma seção anterior; 11) da profissionalização das autoras, vinculada ou não à prática docente, na rede pública ou privada de educação básica; 12) da percentualidade de graduandas; 13) do acesso ou não a políticas de acesso e permanência universitária e 14) do usufruto ou não de bolsas de iniciação científica e produtividade, dentre inesgotáveis outras, que não faço questão de mencionar.

4 ANÁLISE

4.1. O Ensino de Sociologia quer ser científico?

Muito discute-se em relação à autonomia do subcampo de pesquisa do Ensino de Sociologia, mas outra questão, anterior, comumente é deixada de lado: qual a autonomia da sociologia escolar? Como agente de um campo em disputa, sobretudo a nível curricular, há de considerá-la, antes de mais nada, como uma disciplina.

À sociologia, mais de uma vez foi proposta sua inserção de forma transdisciplinar¹². A instituição escolar, como se estrutura hoje, e não como, talvez, idealmente desejasse-se operar, não dá margem, entretanto, sequer à interdisciplinaridade. Não à toa, dentre os movimentos que as defenderam, ganharam força no Congresso somente os que partiam a favor também de uma educação tecnicista, a exemplo do NEM.

Assim, a história mostra que a curricularização de qualquer disciplina passará, felizmente ou infelizmente, por sua disciplinarização, ou da criação de um campo, em outros termos, capaz de distinguir quem está apta a ensiná-la. Sob esse paradigma, as disputas curriculares podem ser compreendidas, em grande medida, mas não toda, também como embates disciplinares, dentre os quais destacam-se, comumente, o da física com a química, o da filosofia com a sociologia e, mais do que qualquer outro, inclusive no senso comum, o da ciências exatas e biológicas contra as humanas e artísticas.

O ensino das relações de gênero, uma categoria dividida entre sua acepção antropológica e a fisiológica, que, na verdade, está mais para “sexo”, como negação da primeira, escancara os combates, mais específicos, entre a sociologia e as ciências naturais. A vitória, nem que parcial, do Movimento Escola Sem Partido e outras iniciativas que procuram diminuir a importância de disciplinas voltadas à realidade social, não pode ser compreendida, ao contrário do que outras autoras sugerem, apenas como a eliminação, portanto, de “gênero”, ainda que esse seja, com certeza, um de seus resultados mais visíveis.

Num campo estruturado como o da escola e, ainda mais, como o da política, não há espaço vazio que não se ocupe. Com o enfraquecimento da Sociologia Escolar, causado, na

¹² Usa-se comumente “interdisciplinar” para designar o encontro de duas ou mais disciplinas, mas “transdisciplinar” significa, em alguma medida, o contrário: o encontro de conhecimentos, independente de vínculo disciplinar ou mesmo na rejeição dele.

verdade, mais pelo posicionamento favorável a “gênero” e outros temas da desigualdade social, do que o contrário, há quem se fortaleça, na contramão, pelos capitais detidos em torno de “sexo”, mesmo quando há uma diversidade de posicionamentos, progressistas e conservadores, entre professoras como as de biologia, por exemplo.

O que está em jogo, desse modo, não é explicar ou não a diferença entre os indivíduos, mas sim quem os explicará. É verdade ainda que o conservadorismo político tenta, sim, criar “um canal midiático exclusivo”, mas, enquanto não consegue deslegitimar por completo¹³ “as instâncias de produção de conhecimento, como a academia e as mídias profissionais” (CESARINO, 2020, *apud* BARBOSA, OLIVEIRA, 2024, p.9), encontra mais alianças, nem que temporárias, nas disciplinas exatas, do que nas associadas ao feminismo.

Nesse tocante, o caso da educação sexual, costumeiramente orientada por professoras de biologia, não poderia ser mais exemplar:

Esta insistência discursiva (a colocação do sexo em discurso) constituiu, ao contrário daquilo que se acostumou a pensar sobre o silenciamento em torno do sexo e das práticas sexuais, a produção de um discurso verdadeiro sobre o sexo que, por sua vez, não poderia se calar. Tratava-se de falar sem corar-se, de falar racionalmente sobre o sexo, de utilizar um saber recém produzido pelo discurso e pelas práticas institucionais da medicina e da psiquiatria, ou seja, tratava-se de falar a verdade do sexo (CÉSAR, 2009, p. 39)

Os ares de cidadania que, um dia, possibilitaram a sociologia escolar são, então, eles mesmos atacados, cedendo espaço à produção de um discurso único, como o das ciências biológicas, que, nem por isso, deixa de ser considerado científico. As disputas curriculares da última década, se observadas por esse ângulo, são resultado, portanto, não só da oposição da religião, ou da tradição, à ciência, mas também de diferentes concepções dessa última.

Não à toa, quase 86% das professoras que lecionavam Sociologia em 2016 não eram licenciadas na área, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017). Esse percentual, cabe reconhecer, tem relação com outros fatores do campo, mas a passividade, tanto da escola, quanto da universidade, frente a essa cessão de espaços não revela, entretanto, nada mais, senão a desvalorização do Ensino de Sociologia como exercício científico e da professora de sociologia como cientista.

Mais importante do que se indignar, é perguntar-se, todavia, se o Ensino de Sociologia quer, ou mesmo se pode, constituir-se científico nos moldes de sua “disciplina-mãe”, apesar da historiografia das Ciências Sociais, no Brasil, mostrar que a primeira foi a versão escolar.

¹³ Tentativas de deslegitimação ‘por completo’ podem ser vistas nas propostas a favor da educação domiciliar ou da extinção de cursos, como os de Filosofia e Ciências Sociais.

Sua função, com base ainda na história da disciplina, era muito distinta, aliás, da que se concebe hoje, calçada em cidadania.

A princípio, “mostrou-se como uma disciplina abstrata, longe da realidade social do aluno” e, assim, “constituiu-se essencialmente como um saber elitizado, voltado para a formação de dirigentes” (OLIVEIRA, 2013 p.186). Mais tarde, essa foi também a expressão que tomou a faceta universitária da disciplina, que viu, facultada por um rearranjo das ciências a nível mundial, com as reformas universitárias de 1968, em sua academização, ou em seu “insulamento acadêmico” (SARANDY, 2012), um cálculo mais positivo do o que obtia com a escola até então:

(ii) houve um novo redirecionamento das energias dos cientistas sociais, que voltaram seus interesses às disputas interdepartamentais e intradepartamentais, no âmbito da universidade; (iii) **emergiu uma nova estratégia de legitimação do campo, desencaixada das questões de seu ensino e da educação em geral**, porém associada à profissionalização científica experimentada pela institucionalização na pós-graduação. (SARANDY, 2012, p. 64-65) (Grifo nosso)

A sociologia consolidava-se como ciência em moldes, portanto, eurocêtricos (ALBERNAZ, CARVALHO; 2022), enquanto, na educação básica, passava-se a investir na estratégia contrária, à medida que com, a associação de cidadania à educação, a sociologia pública (DeCESARE, 2005) é que se fazia ao alcance. Esse, uma vez que as versões abstratas da sociologia já eram capital da universidade, era o cálculo possível, mas nem por isso plenamente benéfico, pois:

[...] na medida em que se aproximou do debate político público, das questões sociais e culturais que constituem a realidade de seus alunos mostra-se como um saber dispensável, que pode ser ‘ensinado de forma interdisciplinar’ por outras disciplinas, por outros professores sem formação acadêmica específica. (OLIVEIRA, 2013, p. 186)

Esse lugar subalterno entre a pesquisa e o ensino, ou entre a teoria e a prática, define as estruturas do campo, ou subcampo, do Ensino de Sociologia de maneira bastante similar à que se observa nos Estudos de Gênero. Frente a um conhecimento abstrato, normativo e universalizante, ambos os campos buscaram, no entanto, trocas mais favoráveis às particularidades de suas ideias e de seus sujeitos, se é que é possível separá-los.

O Ensino de Sociologia encontrou essas trocas, em outros momentos, sobretudo no campo da Educação. À medida que a Sociologia retoma centralidade, com a implementação de medidas curriculares voltadas especificamente para a licenciatura, o campo se reaproxima,

contudo, não apenas dessa disciplina em si, mas também das técnicas, métodos, teorias e, principalmente, epistemologias dos Estudos de Gênero.

O reconhecimento por parte da Academia acerca da importância do Ensino de Sociologia é, em grande medida, afinal, também a validação de uma práxis sociológica, capaz de conciliar teoria e prática, pesquisa e docência, de modo a valorizar tanto as epistemologias do segundo, quanto também as de todos os conhecimentos considerados anormais (HARAWAY, 1995), a exemplo dos produzidos por mulheres, pessoas LGTBPIA+ e pessoas não-brancas, quando fazem-se sujeitas no texto.

Nesse tocante, é possível dizer, ademais, que esse reposicionamento simbólico, que inclui a curricularização da extensão, não é apenas causa para o surgimento de novas narrativas, mas também resultado delas. As reivindicações de grupos historicamente excluídos, que ingressam e permanecem na universidade gradualmente mais, por currículos em que suas vivências pessoais tenham penetração não podem, de maneira alguma, serem, assim, apenas descartadas.

Na confluência de todos esses fatores, especialmente das políticas de inclusão, como as cotas étnico-raciais e as bolsas de permanência, começa a se delinear, ainda que em formação, um novo modo de fazer ciência, tanto nas Ciências Sociais — como exemplificam os Estudos de Gênero — quanto, de forma mais acentuada, na licenciatura. Esse novo modelo emerge de pesquisadoras com interesses, como os meus, que vão além das análises tradicionais de gênero, raça ou qualquer outro marcador da diversidade social, estendendo-se também para além do campo da Educação.

Um *habitus*, prefere-se, que anseia por conciliar objetividade e subjetividade, com vistas à incidência política: a partir da educação, porque é, felizmente ou infelizmente, um dos poucos campos, na universidade, em que há espaço para transpor da ciência à prática e, a partir dos Estudos de Gênero e outras investigações seccionadas, porque é um dos poucos campos que dá margem à transposição da prática à ciência.

4.2 Uma revolução simbólica em curso?

Durante a disciplina de Laboratório Docente, ofertada pelo novo currículo da licenciatura em Ciências Sociais da Universidade de Brasília, a professora Haydée Caruso, fundadora do Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez, comentou, com certo ar de espanto, que a nossa turma “iria fazer mais pesquisa do que a galera do bacharel”.

Essas, provavelmente, não foram as palavras exatas, mas dá impressão que deixaram em mim lembro como se fosse hoje. Primeiro, orgulho, pois, em geral, as licenciadas são inferiorizadas em relação às bacharéis, com base justamente na divisão entre ensino e pesquisa. Logo em seguida, medo. Como faríamos esse tanto de estágios entre os quais, segundo o novo currículo do curso de Ciências Sociais da UnB, o primeiro de três é dedicado inteiramente à pesquisa), trabalho de conclusão de licenciatura, PIBID, projetos de extensão e iniciação científica, fora tudo o que seria cobrado por disciplinas, se apenas duas professoras, ela e Marcelo Cigales, dedicam-se à área e ainda com todas as restrições que a estrutura acadêmica impõe-nas?

Essa experiência levou-me ao que Bourdieu (1996) chamou de revolução simbólica:

[...] o produto do encontro entre dois processos, relativamente independentes, que ocorrem no campo e fora dele. Os recém-chegados heréticos que, recusando entrar no ciclo da reprodução simples, baseado no reconhecimento mútuo dos ‘antigos’ e dos ‘novos’, rompem com as normas de produção em vigor e frustram as expectativas do campo no mais das vezes podem ser bem-sucedidos em impor o reconhecimento de seus produtos apenas graças às mudanças externas (BOURDIEU, 1996, p. 286, grifos do autor).

Superado o pavor, aprendi, com a vivência, que os ‘velhos’ não eram capazes de suprir minhas demandas frente à educação, nem de reconhecer o empenho que tinha, em disciplinas, por exemplo, voltadas a Gênero, para transformar aqueles saberes, estáticos, em intervenções práticas, não só na escola, mas também em outros espaços fora da universidade. Ali, estava configurado, ao favor ou ao desfavor meu e de muitas das minhas colegas, um entrave comunicativo, que impedia, pelo menos em parte, esse “reconhecimento mútuo”.

Calculando os espaços e suas possibilidades, procurei bolsas, linhas de pesquisa e até abrigo, pode-se dizer, junto às professoras do Ensino de Sociologia, mas, mesmo entre elas, por vezes também sentia essa solidão. Por mais que estudassem, lessem e escrevessem alguns dos trabalhos mais importantes do campo, já havia anos, afinal, em que não pisavam na escola e, fruto disso, muitas vezes éramos nós, graduandas, em maioria dos casos recém-chegadas do Ensino Médio, quem as atualizávamos depois de nosso retorno à escola.

Poderia-se dizer, assim, que havia, se comparadas às bacharéis, maior autonomia dentre as licenciadas, mesmo quando não era desejada. Em diversos momentos, nos estágios sob orientação de professoras que não tinham conhecimento e muito menos interesse pela educação, desejou-se menos independência, mas esse Deus-dará, por um lado otimista,

permitiu a exploração de temas, como os que investiguei junto a estudantes sapatonas¹⁴, que, outrora, dificilmente seriam acessados ou, no mínimo, de modo muito distinto.

Esse hiato, não só em relação à educação, mas também a “gênero”, ademais, era visível. Frente a professoras conceituadas, não sei quantas vezes percebi o desconhecimento de conceitos, como “transgeneridade”, “expressão de gênero” e “não-binaridade”. Também em minhas experiências na educação básica, refletiu-se essa falta de amparo, à medida que quem definia quais autoras empregar, na conceituação de gênero, não era ninguém, senão eu mesma, com minha experiência pessoal e minhas leituras escassas.

Dessa maneira, se a associação, no campo da política, da sociologia escolar à cidadania produz, no campo do Ensino de Sociologia, uma atenção redobrada aos marcadores da diferença social; inversamente, a generificação e racialização de corpos pode produzir, no campus universitário, um *habitus* interessado pelo Ensino de Sociologia, à medida que a escola, em virtude do desinteresse e, mesmo despreparo, da academia quanto a esse objeto, revela-se como um espaço, por enquanto, de subjetividade, prática, incidência política e, portanto, também de autonomia discente.

Que haja autoras contrárias a esse posicionamento, é não só possível, mas também recomendável. No espaço dedicado às minhas ideias, e somente a elas, não posso deixar de entusiasmar-me, entretanto, com toda a potencialidade que pode oferecer um conjunto de conhecimentos e práticas, ainda não absorvidos, por inteiro, pelo jogo do academicismo.

Isso não quer dizer, todavia, que o Ensino de Sociologia e sua interface com os temas da diversidade social, como gênero, não se constituirão em campos com posições hierárquicas, felizmente ou infelizmente, bem definidas. É, pelo contrário, reconhecer que, apesar das tendências apontarem nessa direção, a hierarquização não é de todo benéfica, se desconsideradas, nesse processo, as supostas subjetividades de que corpos anormais não podem fugir, como ocorreu no embate da Antropologia com os Estudos de Gênero, em favor de uma matriz epistemológica universalizante e, portanto, também branca, eurocentrada, colonialista, masculina, cisgênero e heteroafetiva.

4.3 Gênero, uma categoria?

Gênero é uma categoria de análise. Permite, assim como raça ou classe, distinguir uma série de posições sociais e foi empregada pelas Ciências Sociais desde os primeiros trabalhos

¹⁴ Invés de “lésbicas”, usa-se “sapatonas”, como elas mesmas fizeram questão, em oposição a “sapatilha”, que designa pejorativamente as identidades biafetivas.

de autoras como Margaret Mead e Marilyn Strathern. Sua acepção mais recorrente, mesmo entre as pesquisadoras do Ensino de Sociologia, como se observa na seção seguinte, é, todavia, a de Joan Scott, uma historiadora:

gênero é [...] utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. (1995, p.72)

É importante pontuar, com base numa incompreensão comum de sua obra, que a autora não cria a categoria, nem reivindica fazê-lo. Seu trabalho, na realidade, não é mais que a síntese das principais posições feministas até a época. Fruto disso, não pode ser, de maneira alguma, considerada sua palavra final sobre o assunto e, pelo contrário, em um ensaio mais recente, em diálogo com Butler (2003), até critica suas posições anteriores.

Sem deixar de reconhecer que as visões sumarizadas no primeiro trabalho permitiram às feministas fugir ao “destino anatômico”, que naturalizavam as diferentes posições entre homens e mulheres; em “Usos e Abusos de Gênero” (2012), a autora amplia sua interpretação da categoria para além do binarismo e questiona até mesmo a relação sexo-natureza, gênero-cultura, que é central para o seu primeiro trabalho.

Nesse debate de dicotomias, “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” (BUTLER, 2003), outro muito citado dentre a base de dados, é fundamental. Para e autore¹⁵, “a distinção sexo/gênero e a própria categoria sexual parecem pressupor uma generalização do ‘corpo’ que preexiste à aquisição de seu significado sexuado” (idem).

Não só gênero, dessa maneira, revela-se como um efeito da cultura, mas também “sexo”, “sexualidade” e “corpo”. Uma vez rompido o antagonismo natureza-cultura, inclusive porque “natureza”, como um signo à parte, também é fruto das culturas europeias, gênero aparece, em sua teoria, como “a estilização repetida do corpo” .

Invés de como essência, ideia que as feministas até então combatiam, mas acabavam por reforçar, gênero demonstra-se, isto é, como uma performatividade, que, fruto de negociações, precisa ser reiterado a todo tempo, conforme distintos contextos. A desessencialização de gênero, como identidade fixa, deu margem analítica, ainda nessa toada, a situações intermediárias, como as vivenciadas pelas populações LGBTPIA+.

Desenvolveu-se, assim, o que se convencionou chamar de Teoria Queer, que está, apesar da ironia, mais para um subcampo dedicado à compreensão das concepções de

¹⁵ Judith Butler é pessoa não-binária que prefere pelos pronomes neutros.

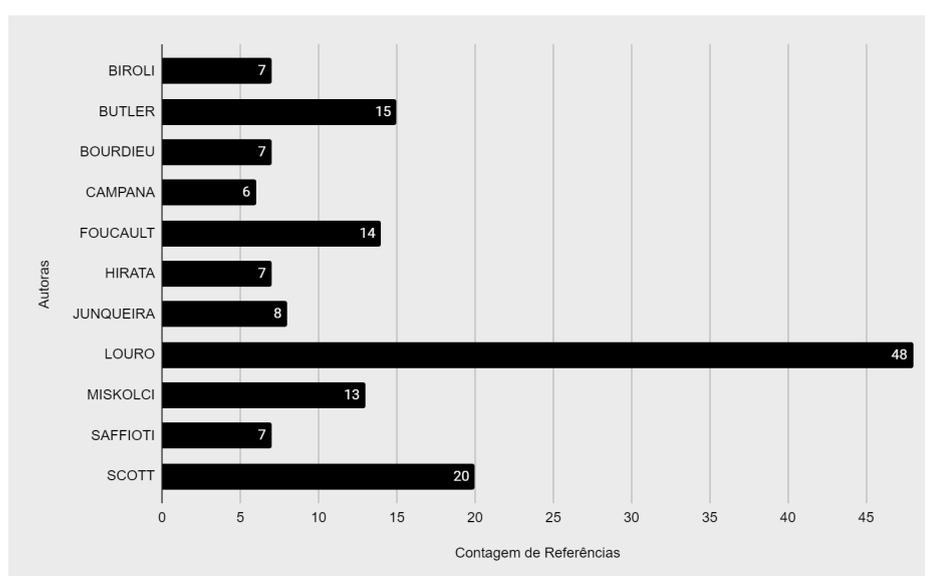
anormalidade que cerceiam corpos transgênero e homoafetivos do que, de fato, para uma teoria, apesar dos avanços de algumas autoras, como Judith Butler ou Paul Preciado, serem centrais. Junto aos estudos do Feminismo Negro, que também relativiza a categoria gênero, mas em relação à raça-etnia, compõe, ademais, o que é comum chamar, ainda que com disputas, é óbvio, de Estudos de Gênero, em superação a “Estudos das Mulheres”.

Presumindo que produções que usassem “gênero” e “Ensino de Sociologia” em seus títulos estariam em diálogo com pelo menos uma das vertentes analíticas que integram esse último campo, observou-se de que maneira a pesquisa do Ensino de Sociologia, cuja autonomia já é questionada frente aos da Sociologia e da Educação, comportaria-se com a inserção, ainda, de um terceiro conjunto de conhecimentos.

4.4 Autoras de Gênero

Levantou-se todas as obras cujo o título permitisse sua identificação com a temática de gênero, dentre as que constaram nas referências das produções analisadas, com duas ou mais citações em uma única publicação ou em produções distintas, independentemente de como foram citadas ao longo dos textos. Esse recorte, sem o qual qualquer análise semelhante tornaria-se impossível, restringiu o montante de autoras referenciadas para 60 e, dessas, para somente 11, se consideradas apenas as que contavam com cinco ou mais citações.

Gráfico 4 - Referenciações por Autora (que obteve cinco ou mais



Fonte: Elaboração Própria.

A primeira mais referenciada, por uma margem significativa, é Guacira Lopes Louro, educadora que se dedicou, por maior parte de sua carreira, a compreender a incidência de gênero no ambiente escolar. Sua obra mais citada, dentre a base de dados, é “Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista” (2000).

Em segundo lugar, Scott, empregada com “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, em suas diferentes traduções, das quais uma, inclusive, é de organização de Lopes Louro (1995). De Butler, na terceira posição, “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade” (2018) é o mais influente e, de Foucault, na quarta, mais de uma seção de “História da sexualidade” (1990).

Com referências distribuídas em diferentes trabalhos, Rogério Diniz Junqueira ocupa a sexta posição. Na sétima, estão empatadas Biroli, com “Mulheres e direitos humanos sob a ideologia de ‘defesa da família’” (2020), Bourdieu, com a “Dominação Masculina” (1995), Hirata, com “Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais” (2014) e Saffioti, com “O poder do macho” (1987).

Feito esse panorama, observa-se que existe, por um lado, certa coesão entre as produções analisadas, sobretudo frente à centralidade de algumas pensadoras, o que poderia indicar para uma rede de trocas. Duas ou mais citações a uma mesma autoras em um só trabalho não foi de todo incomum, mas arrisca-se afirmar, com uma margem de segurança, que Lopes Louro, com 47 referências para uma base de dados de apenas 38 produções, e Scott, com 20, foram citadas por maioria das produções.

Conflito e disputa, como espera-se de todo o campo, por outro lado, também são observáveis, ainda que em menor medida. Dentre os exemplos possíveis, o mais emblemático é de autoras das Teorias Queer e do Feminismo Negro, que são referenciadas, ocasionalmente, em oposição à hegemonia do Feminismo “Branco”, a que se pactuou chamar as análises de gênero que não o relativizam nem em relação à raça nem a outros fatores, como cisgeneridade e sexualidade, e retratam-no, portanto, apenas como o embate de mulheres, universalizadas, contra homens em disposições igualmente essencializadas.

Ainda nesse recorte, cabe destacar mais especificamente o caso do Feminismo Negro, em que Patricia Hill Collins, bell hooks, Ângela Davis, Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro, Carla Akotirene, Kimberlé Crenshaw e Lélia Gonzalez somam, juntas, somente 19 referências, dentre o total de 306 encontradas pela pesquisa. Se esse, por si só, já é dado alarmante, ao se perceber que, dessas referências, maioria encontra-se, contudo, em publicações de autoras que

se fizeram reconhecer mulheres negras e que, fora a essas, não existe interesse de outras agentes pelos debates da interseccionalidade, torna-se ainda mais.

Quanto à disputa, frequentemente mobilizada pelas revisionistas do Ensino de Sociologia, entre os campos de Ciências Sociais e Educação, é perceptível uma distribuição, tanto entre autoras nacionais, quanto entre estrangeiras, consideravelmente pária. Na interface com gênero, admite-se, entretanto, que se esperava identificar uma preponderância de autoras da primeira, tendo em vista que parcela significativa dos Estudos de Gênero é herdeira da Antropologia, ainda que, hoje, tenha com ela relações retalhadas, e não da Educação.

Por mais contrassenso que possa soar, ainda hipotetiza-se, assim, que “gênero” pode estar chegando às licenciandas de Ciências Sociais através não das discussões intrínsecas à história da disciplina, e sim por meio da Educação. Para afirmar com certeza, seria necessário ter em mãos, contudo, também análises mais profundas acerca das trajetórias dessas autoras e das disciplinas, seja na graduação, seja na pós-graduação, a que tiveram acesso.

Neves (2020, p.40) afirma que, em currículos de formação inicial, gênero, raça e orientação sexual “aparecem de forma fragmentada ou restrita a disciplinas opcionais” e, por mais que não seja possível generalizar sua fala, sem o apoio de outras investigações, é surpreendente, todavia, que poucos casos tenham oferecido exceção à ausência, quase completa, de autoras como Margaret Mead, Marilyn Strathern, Henrietta Moore, Gayle Rubin, Saba Mahmood, Rita Segato ou Berenice Bento.

Além de revelar, nem que parcialmente, o insulamento da temática, essa distância atenta também para a forma com que o campo valoriza a empiria como um princípio científico. Dos espaços, a maioria é reservada a ensaios, como ocorre, por exemplo, com Butler, Scott ou Bourdieu, e, apesar de outros partirem de metodologias, que não são menos empíricas, como Análise de Conteúdo, apenas uma minoria realiza trabalho em campo.

Desse modo, observa-se que a “abstração do saber” e, relacionado a ela, “não-correlatividade” (YOUNG, 2000) são predisposições mais legitimadas pelo campo do que a concretude e a práxis, ao contrário do que se argumentava até o momento. Não só essas, mas também o individualismo, frente à raridade de co-autorias, e a ênfase às letras, face à hegemonia da redação acadêmica, em detrimento de outros formatos, como os planos de aula, são evidências à favor da caracterização não dessa “nova forma de fazer ciência”, como propus, e sim de outra, velha e talvez até arcaica.

Se existe potencial, como especulei, para inventividade, autonomia e, em geral, um novo conjunto de disposições sociais da licenciatura, os dados mostram, contudo, que o

reconhecimento entre os “novos” e os “velhos” não está de todo impedido ou, pelo menos, não na dimensão da divulgação científica, cuja estrutura, por mais que possa representar, sim, o que há de mais influenciado e, apenas talvez, o que há de mais influente, não é inculcada, de forma automática, sem outras agências.

A questão de quanto e para quem essa troca de prestígios é vantajosa merece uma discussão à parte. O uso ainda muito limitado do Feminismo Negro e das Teorias Queer já sugere, no entanto, algumas possíveis respostas.

Uma revolução simbólica, sem dúvida, interessa mais àquelas que, em outros sistemas, seriam as dominadas. Em um campo científico onde as relações se dão de capital a capital, os grupos historicamente excluídos, que possuem menos desse capital, precisam investir em 'novos velhos', figuras que sempre estiveram presentes, como Lélia Gonzalez, mas cujo reconhecimento só recentemente foi conquistado. Essa valorização é tanto um resultado da ascensão, dolorosa e sacrificada, de determinadas agentes no campo da Sociologia, quanto um motor para a criação de novos campos, como os Estudos Descoloniais e de Gênero, em que as trajetórias de agentes com corpos ‘anormais’ já não precisam ser tão árduas.

Dos 38 trabalhos, somente dois foram também obras entre as referências mais comuns: “Uma palavra sobre o silêncio: conteúdos de gênero para Sociologia nos PCN, OCN e BNC” (OSÓRIO, SARANDY; 2016), com dois registros, e “As temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual no ensino médio: interface entre a institucionalização da Sociologia e a extensão universitária” (PASSAMANI, 2016), com três. Fora essas, apenas Orsato e Ferreira também foram citadas, com dois registros, mas em obras distintas.

Visto que, à exceção dessas seis referências, todas as demais estão mais vinculadas ao campo da Sociologia, da Educação ou, em menor medida, ao dos Estudos de Gênero, pode-se dizer que não é grande a auto-suficiência da rede que troca sobre Ensino de Sociologia em interface a “gênero”, mesmo quando teria acesso, no papel, às técnicas e métodos de análise da primeira, às práticas e metodologias docentes da segunda e à teoria da terceira, de modo que, isoladamente, nenhuma dessas outras conseguiria.

Provavelmente fruto também de favoritismo, ousou dizer que, em um sistema ainda marcado pela disciplinaridade, para o bem ou para o mal, é o Ensino de Sociologia — mais até do que a Educação — que possui legitimidade nessa combinação de temas. Sabe-se, no entanto, que o ensino sobre relações de gênero não pode ser responsabilidade exclusiva dessa disciplina e que, além disso, os Estudos de Gênero demonstram, de forma exemplar, os benefícios de se constituir como um campo verdadeiramente interdisciplinar.

4.5 Gênero, como tema

O emprego de autoras de gênero ou de qualquer outro capital circundante à categoria não resulta, automaticamente, em uma análise propriamente de gênero, como também é verdade para qualquer outra análise. Na maioria dos trabalhos computados, para os quais o uso de “gênero” no título, pode apenas supôr, indicaria algum nível de filiação às discussões dos Estudos de Gênero, usavam-no, entretanto, como tema.

Por isso, entende-se que “gênero” foi tratado como um fenômeno dado, que, em parcela significativa das produções, não exigiu uma conceituação a rigor ou que, em maioria, dispensou qualquer revisão teórica. A definição mais comumente usada, neste tocante, foi a de Scott (1995), mesmo quando trabalhos mais recentes rejeitam-na.

Em vez de se empregar a autora em seu devido contexto e obra, observa-se, nesse caso, uma ideia solta e sem história, repetida indefinidamente, como se fosse imutável ao longo do tempo e independente dos objetivos propostos. Como resultado, algumas autoras utilizaram o conceito de 'gênero', mesmo nessa acepção que não questiona a relação entre natureza e cultura, até mesmo ao tratar da diversidade sexual.

Que haja um ângulo em que esse projeto de pesquisa é possível, não há dúvida, mas “gênero”, repito, não é foco dessas pesquisas, mesmo quando o termo encabeça-os, e sim um pano de fundo para outros. A partir das críticas ao “Feminismo Branco”, poderia-se dizer, em primeiro lugar, que não são estudos verdadeiramente vinculados a “gênero”, mas sim à perspectiva das mulheres, que, quando omissos outros marcadores, traduz-se com mais exatidão na atenção às mulheres brancas, cisgênero e heteroafetivas.

Em segundo lugar, dentre os trabalhos que não reduzem “gênero” à oposição binária entre homens e mulheres, a predominância é de outros que o cristalizam, agora, na forma de componente curricular, como se esse não interagisse, por meio de outras agências, com uma realidade externa a ele. Em outras palavras, um currículo prescrito, oriundo das orientações curriculares, que se faz absoluto, à revelia de outras formas que se dão na prática, como o currículo vivido, em ação, e o oculto (JACKSON, 1996).

Também uma interpretação reducionista que, ademais, faz o jogo, mesmo quando o objetivo seria criticá-lo, de agentes como o Movimento Escola Sem Partido, à medida que não reconhece que “as questões referentes à sexualidade estão, queira-se ou não, na escola” (LOURO, 1997, p.135) tanto agora, quanto antes e depois dessas investidas à direita.

Uma pesquisa mobilizada, isto é, apenas em resposta ao conservadorismo, como é o caso aqui, não consegue ela mesma, além disso, propor qualquer iniciativa que fuja ao combate à “ideologia de gênero” e, portanto, ao que a oposição, promovendo terror, define para a categoria. Para além dessa brincadeira de gato e rato, foram pouquíssimos, portanto, os trabalhos que conseguiram empregar gênero em outros sentidos, em superação daqueles que o próprio pânico moral obteve êxito em disseminar.

Os debates, concentrados principalmente em análises de livros didáticos e legislações, poderiam, mesmo a nível curricular, abarcar não só uma variedade maior de recortes, mas também uma infinidade dos que fogem e, em certa medida, são, até o momento, até inconcebíveis ao discurso do Movimento Escola Sem Partido: gênero a partir das perspectiva indígenas e dos povos africanos; da perspectiva das masculinidades, ao contrário do discurso único e já muito atacado que o feminismo comumente propõe; da interseccionalidade com raça e, por que não, até de outros corpos considerados anormais, como os com “deficiência”, para citar apenas alguns exemplos.

Análises voltadas à interação das orientações curriculares, ou do Plano Nacional do Livro Didático, com sua faceta real encontram, cabe-se reconhecer, entretanto, empecilhos não só teóricos, face ao que expus, mas também metodológicos. Apenas 44% dos trabalhos analisados faziam, afinal, alguma forma de observação em campo e, desses, todos eram produto ou do estágio obrigatório ou da prática profissional.

Em nenhum caso, houve inserção em sala de aula especificamente para a realização de pesquisa e isso, apesar de não se poder afirmar com certeza, pode indicar para as dificuldades, éticas, práticas e legais, de pesquisar-se tanto na escola, quanto com menores de idade, que atingem mais às agentes externas do àquelas que, em virtude de estágio obrigatório ou prática profissional, já possuem vínculo com os colégios.

Sobretudo em relação a um tema sensível, como se tornou “gênero” na última década, a escola pode mostrar-se uma interlocutora hostil, mas essa não pode, por si só, bastar-se como explicação, inclusive porque, se pudesse, já se despertaria algum incômodo quanto à ausência de pesquisas de campo. À maioria das autoras da base de dados, com exceção dessas 16 que falam a partir do estágio ou da docência profissional, realizar uma “antropologia de gabinete”¹⁶, todavia, não oferece constrangimento.

¹⁶ Reitero que análises de conteúdo, ou qualquer outra de tipo documental, não são necessariamente menos empíricas do que as realizadas *in loco*, desde que tenham consciência das agências que intermediam a relação de materiais didáticos e, em especial, de legislações com o campo a que se destinam.

Mais uma vez, percebe-se então, como há, em disputa, predisposições, por um lado, favoráveis à abstração e à não-correlatividade (YOUNG, 2000) e, por outro, à prática. No embate entre essas duas, é a práxis, entretanto, quem mais sai perdendo, pois quando se parte apenas da teoria ou da subjetividade, acreditando-se que não é necessário, como viu-se, qualquer conceituação ou revisão teórica para “gênero”, não há configuração em que uma educação crítica possa constituir-se.

Observando, por exemplo, que meninos tinham maior constrangimento frente aos temas da diversidade sexual, sobretudo na presença de professoras mulheres, e, em seguida, adicionando textos como o de Connell (2003) para abordar também “masculinidades”, Scirea (2014, p.69), uma das autoras da base de dados, faz cumprir o que eu também acredito ser o “papel político que caberia ao/à licenciado/a em Ciências Sociais: ser um/a **professor/a pesquisador/a** de sua realidade social” (grifo nosso)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E ALÉM

A partir da Teoria dos Campos Sociais (BOURDIEU, 2009), questionou-se a autonomia do subcampo de pesquisa do Ensino de Sociologia como uma rede de trocas à parte das constituídas pela Sociologia ou pela Educação.

Para rejeitá-la como campo, ou subcampo, apresentou-se o argumento de sua dependência frente ao campo da política, à medida que se associou o Ensino de Sociologia ao exercício da cidadania. Essa vinculação, em geral, não dá dimensão, contudo, da filiação, em específico, da disciplina com “gênero”, um dos temas da diversidade social pelo qual a sociologia escolar comumente é responsabilizada, ainda que se reconheça, por outro lado, os avanços de Oliveira (2023), ao trazer maior centralidade para o conjunto, em sua diversidade, de práticas sociais que constituem o ensino de Sociologia como um campo científico.

Com a inserção, por meio da Cientometria, de “gênero” aos capitais valorizados pelo campo, pôde-se observar tanto a relação que estabelece com alguns dos grupos historicamente excluídos quanto com outros campos, como o da Sociologia, ou das Ciências Sociais, o da Educação e, principalmente, o dos Estudos de Gênero.

Na interseção desses três, hipotetizou-se o surgimento de outro, fruto de um *habitus* ou modo de fazer ciência, que se beneficia em conjunto: 1) do acesso, quase exclusivo, à escola de que usufruem as professoras da educação básica e graduandas, a partir do estágio e outras mudanças curriculares, como a ampliação, por exemplo, do PIBID e laboratórios docentes; 2) da autonomia que a licenciatura, como rede ainda pouco estruturada, oferece, em conjunção ao primeiro fator, para a pesquisa em temas a partir das subjetividades, como raça-etnia ou gênero, em que maioria das professoras acadêmicas têm pouco interesse e, em consequência, pouca formação e 3) das disposições à práxis inculcadas em corpos “anormais”, como os que acessam e permanecem na universidade a partir de políticas públicas e recorrem, mais frequentemente, à docência na educação básica, e não à universitária, em virtude de necessidade materiais e de constringências simbólicas.

Observou-se também, diante de dados que, isoladamente, apontariam contra a caracterização de um novo *habitus*, algumas de suas limitações. Enquanto as discussões sobre o Movimento Escola Sem Partido e o Novo Ensino Médio estiverem em voga, uma das principais restrições, como já exposto, é, sem dúvida, a dependência do campo em relação aos movimentos conservadores.

Diante dessa insuficiência, reitera-se, além disso, a importância da prática, pois, uma vez superado o antagonismo, um inimigo comum não será mais suficiente. Será necessário,

então, um novo projeto capaz de unificar o campo. Nesse cenário, pressupõe-se que, após a superação das discussões curriculares meramente prescritivas, serão as professoras-pesquisadoras — graduandas e pós-graduadas — que acessam o ambiente escolar quem assumirão uma posição central.

Enquanto essa “revolução simbólica” (BOURDIEU, 1996) não encontrar, sobretudo nos currículos da graduação, as forças necessárias, valerá a separação entre as que “pesquisam” e as que “ensinam”, as que “pensam” e as que “executam” e terá-se, assim, ainda uma universidade, como hoje, cuja a abstração, a não-correlatividade, o individualismo e a ênfase às letras (YOUNG, 2000) restringe não só do que a educação é capaz, mas também dos sujeitos vinculados a ela, principalmente a partir de suas identidades.

Para que esse conjunto de conhecimentos não só técnicos, mas também políticos e subjetivos, configurem-se como um capital intelectual de que grupos historicamente dominantes não detenham monopólio, ou achem que detenham, é necessário diálogo entre a prática e a teoria, entre corpo discente e docente.

De todos os modos de facultá-lo, nenhum revelou-se tão menosprezado pelos balanços do Ensino de Sociologia, quanto o currículo da graduação. Antes de finalizar, proponho, portanto, algumas pesquisas que possam vir a contribuir em sua reformulação com vistas a graduandas que saibam usar gênero como categoria, e não como tema.

Primeiro, que nenhum campo mantém-se coeso sem admitir, ao menos em alguma medida, a diversidade que nele habita. Os currículos de formação inicial, como estruturas estruturantes do campo científico, ao mesmo que estruturas estruturadas por ele, precisam urgentemente reconhecer as contribuições de outras agentes, nem que liminarmente, antes que essas componham, portanto, outra rede, o que nem sempre é inteiramente negativo, ou deixem, num caso, agora sim, danoso, inteiramente de participar do jogo acadêmico.

O diálogo do feminismo hegemônico, a que chamei também de Feminismo “Branco”, com o Feminismo Negro e com as Teorias Queer pode revelar-se como uma estratégia, desse ângulo, também de permanência universitária, pois a violência que a insituição perpetra é, antes mesmo de material, sobretudo simbólica.

Antes de prosseguir-se à segunda recomendação, há um dado que omiti ao longo de todo o trabalho com a intenção de informá-lo, com todo o impacto, apenas nesta conclusão: . de 38 trabalhos analisados, nenhum está dedicado às populações LGBTPIA+ e, na realidade, são poucos mesmo os que fazem menção a qualquer uma das identidades da sigla. Os que usam, ao menos, a expressão “transgênero” são, então, quase inexistentes.

“Gênero”, na verdade como sinônimo de “mulheres”, exclui, aqui, aquelas que não poderiam identificar-se sem esse termo, seja porque, na materialidade, são excluídas também da universidade, seja porque, menos provavelmente, não têm interesse pelo Ensino de Sociologia ou à sua interface com a categoria.

Em todo caso, mulheres brancas escrevem a partir do Feminismo “Branco”, as negras do Feminismo Interseccional e, pelas pessoas LGBTPIA+ e, em especial, as transgêneros, quem escreve, se elas mesmas não acessam nem permanecem na universidade? Reformas curriculares que atinjam a violência simbólica pela qual passam esses corpos são necessárias, mas somente na medida em que outras políticas, como cotas e bolsas de permanência voltadas a essas populações, sejam efetivadas.

Esse, portanto, é um segundo ponto para a consolidação da categoria, não só, aliás, para a licenciatura, mas também para o próprio campo dos Estudos de Gênero. Enquanto esse acesso, todavia, não ocorre, qual pode ser uma terceira recomendação?

Que pesquisadoras reconheçam-se em todas as categorias. Propôr o contrário, seria, afinar, rejeitar gênero, ou qualquer outra, como uma categoria inter-relacional, que, se empregada por sujeitos diversos, levaria a conclusões igualmente distintas.

Rejeitá-la pode dar-se, contudo, ainda pelo sentido inverso, quando, ao essencializar-se gênero como “sexo”, ou qualquer outra categoria supostamente natural, afirma-se que certos corpos produzem uma ciência mais neutra do que outros. Dentre essas duas maneiras de negá-la, entretanto, é a segunda que causa mais medo às pesquisadoras que não se veem em “lugar de fala” (RIBEIRO, 2019) para pesquisar com ela.

A omissão de “gênero” em uma pesquisa não é, por isso, menos uma decisão. Tudo o que for escrito, mesmo quando o objetivo for escrever sobre tudo, menos sobre relações de gênero, terá por essa categoria, conscientemente ou inconscientemente, um de seus eixos estruturantes. Que façamos-na, portanto, tão consciente quanto possível e, assim, não se poderia recomendar mais que não só pessoas LGBTPIA+ pesquisassem sobre esse recorte, mas também todas, com possibilidades e restrições equivalentes.

Nessa toada, recomenda-se às pesquisas cientométricas futuras, em quarto lugar, que não agreguem produções voltadas à raça-etnia às de gênero, a menos que elas mesmas façam isso. Como se observou, apenas uma minoria dos trabalhos emprega-o como categoria inter-relacional e uma parcela ainda inferior faz-o em relação à raça-etnia. Por mais que compartilhem de elementos em comum, os Estudos Descoloniais e os Estudos de Gênero não

podem ser colocados no mesmo saco e o contrário seria pacificar, falsamente, uma relação que, na realidade, mostra-se muito conflituosa.

Em quinto, que “gênero” precisa ser tanto uma categoria tanto didática quanto de análise e, enquanto não for uma delas, provavelmente não será a outra. O exercício da professora-pesquisadora precisa reconhecer, desse modo, que, se uma categoria é pertinente à observação de um grupo de alunas, também pode e, na verdade, até deve ser também à transposição didática, frequentemente deixada de lado pelos trabalhos analisados.

Esse, além de uma atenção teórica, também é um cuidado ético, que rompe com a dicotomia sujeito-pesquisadora, objeto-pesquisada, para que as estudantes, dentre uma série de identidades que pode ser investigada, possam fazer-se tanto pesquisadoras de sua comunidade, quanto críticas dos estudos que, segundo elas, não se adequem à realidade que melhor conhecem, agora não só duma perspectiva subjetiva, mas também teórica.

Por fim, recomenda-se às pesquisadoras do Ensino de Sociologia que, em sua busca por autonomia, recorram a diversas fontes: às metodologias e teorias das Ciências Sociais, às práticas docentes da Educação e às epistemologias dos Estudos de Gênero, sem deixar de criar algo que seja único e próprio. Sem esse diálogo, aliado a uma evidente delimitação de espaços, corre-se o risco de criar 'limites', onde o Ensino de Sociologia deixa de ser científico e a Sociologia perde sua aplicabilidade prática, em vez de 'fronteiras' (SANTOS, 2023).

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Pablo de Castro; CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes: por uma universidade antirracista e pluriepistêmica. **Horizontes Antropológicos**, v. 28, n. 63, p. 333-358, 2022.

ALMEIDA, Flávio Jacinto et al. **Relação entre evasão escolar, gênero e trabalho: o lugar da Sociologia na compreensão da realidade escolar**. 2020. Dissertação de Mestrado em Ensino de Sociologia – UFCG, Campina Grande, 2020.

ALMEIDA, Monica Maria de et al. **As possibilidades e os limites das discussões de gênero no ensino de sociologia numa escola da rede estadual em Caruaru-PE**. 2020. Dissertação de Mestrado em Ensino de Sociologia – UFCG, Campina Grande, 2020.

ARAÚJO, Luiz Fernando Carvalho. **A importância da sociologia na desmistificação do ensino de gênero e sexualidade na educação básica**. 2023. Resumo para participação do 8º ENESEB.

ARAÚJO, Natália Cristina Sganzella de. **Gênero e sociologia no ensino médio: entre ensinar e aprender**. 2019. Tese de Doutorado em Ciências Sociais - UNESP, Marília, 2020.

BARBOSA, Inaê Label; OLIVEIRA, Amurabi. O “combate à ‘ideologia de gênero’” e o impacto sobre o ensino de ciências humanas sociais. **Acta Scientiarum. Education**, v. 46, n. 1, 2024.

BODART, Cristiano; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): um estado da arte na pós-graduação. **Revista de Ciências Sociais: RCS**, v. 48, n. 2, p. 256-281, 2017.

BODART, Cristiano; DE SANTANA, Maíra Honorato Marques; DE MORAES, Fabio Monteiro. Apresentação do dossiê Raça, gênero e Ensino de Ciências Sociais/Sociologia. **Revista Café com Sociologia**, v. 13, p. 1-4, 2024.

BODART, Cristiano das Neves; TAVARES, Caio dos Santos. . Os cursos de Ciências Sociais e Sociologia no Brasil: história e configurações. **Cadernos De Educação**, n. 64, 2021.

BODART, Cristiano. Raça, gênero e Ensino de Sociologia: uma análise da produção científica. **Revista Café com Sociologia**, v. 13, p. 108-130, 2024.

BIROLI, Flávia; QUINTELA, Daniela F. Mulheres e direitos humanos sob a ideologia de “defesa da família”. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 359-374.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: Edufsc, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O Campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

BRUNETTA, Antonio Alberto; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Dossiês sobre ensino de sociologia no Brasil (2007-2015): temáticas e autores (as). **Latitude**, v. 12, n. 1, p. 171-171, 2018.

BURILLE, Stephanie. Gênero e Sexualidades nas aulas de Sociologia: um olhar sobre a percepção discente. **Revista Vernáculo**, Curitiba, n. 36, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARUSO, Haydée. Laboratórios de ensino de Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: espaços de experimentação e construção de saberes docentes. In: SILVA, Ileizi Fiorelli; GONÇALVES, Danyelle Nilin (Orgs.). **A Sociologia na educação básica**. São Paulo: Annablume, 2017.

CERON, Ariad Cristina Fernandes Aranha. **Ressignificando o ensino de sociologia: o uso de narrativas gamificadas como prática pedagógica para o estudo das relações de gênero**. 2020. Dissertação de Mestrado em Ensino de Sociologia - UNESP, Marília, 2020.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". **Educar em Revista**, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009.

CONNELL, Robert. **Masculinidades**. Ciudad de México: UNAM/PUEG, 2003.

DA MOTA JUNIOR, Raimundo Borges. Femicídio: dados sobre a violência de gênero e possibilidades de intervenção didática no ensino de sociologia. **Revista Inter-Legere**, v. 5, n. 34, p. c28530-c28530. 2022.

DA SILVA, Rusoêmia Luiza Batista Rodrigues. ELIAS, Norbert; SCOTSON, Jhon L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000.

DE ANDRADE, Rafael Ademir Oliveira; MENEZES, Elisangela Ferreira. Refletindo o Ensino de Sociologia e a questão de gênero: experiências, currículo e formação docente. **Revista Café com Sociologia**, v. 6, n. 1, p. 173-187, 2017.

DE MENEZES, Rafael Danrley Barra; DA SILVA, Francisco Vieira. Ainda sobre a "ideologia de gênero": discursos de docentes de ciências humanas e sociais da educação básica. **Cenas Educacionais**, v. 5, p. e12501, 2022.

DE PAULA SILVA, Silas Veloso; NARA, Isabella Costa Alves; BARRETO, Fernanda Gueiros Vidal. "Ideologia de gênero" e Escola Sem Partido: desafios do ensino da Sociologia

na política brasileira a partir dos embates hegemônicos em torno da educação. **Diversidade e Educação**, v. 8, n. 1, p. 70-95, 2020.

DE SOUZA, Helder Júnio; TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins. Gênero, sexualidade e educação: como os egressos avaliam a experiência que tiveram nas aulas de filosofia e sociologia. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED**, v. 3, n. 9, p. 1-19, 2022.

DECESARE, Michael. 95 Years of teaching high school sociology. **Teaching Sociology**, v. 33, n. 3, p. 236-251, 2005.

DO RÊGO FERREIRA, Vanessa; DE OLIVEIRA, Amurabi Pereira. O Ensino de sociologia como um campo (ou subcampo) científico. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 37, n. 1, p. 31-39, 2015.

DOS REIS, Neilton; DOS REIS, Isabela. Questões de gênero no Ensino Médio: interfaces em Sociologia, Biologia e interdisciplinaridade. **Movimentação**, v. 3, n. 4, p. 89-106, 2016.

DOS SANTOS, Antônio Bispo; PEREIRA, Santídio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001b.

HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa O estado da arte da produção científica sobre o ensino de Sociologia na educação básica. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 74, p. 43-59, 2012.

HANDFAS, Anita. O estado da arte do ensino de Sociologia na Educação Básica: um levantamento preliminar da produção acadêmica. **Revista Inter-legere**, n. 9, 2011.

HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue: antropologia do ciborgue**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 33-118, 2000.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HIDAKA, Renato Kendy et al. A noção de gênero nos livros didáticos de Sociologia para o ensino médio. **Interfaces Científicas: Educação**, v. 8, n. 2, p. 161-174, 2020.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

IABEL BARBOSA, Inaê et al. **Gênero e sexualidade no ensino de Sociologia: uma alternativa pedagógica**. 2019. Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais - UFSC, Florianópolis, 2019.

JACKSON, Phillip. **La vida en las aulas**. 4. ed. Madrid: Morata, 1996.

- LIRA, Maria Mônica de. **A representação imagética da mulher negra nos livros didáticos de História, Geografia e Sociologia do ensino médio da rede estadual da cidade de Agrestina-PE: percepções de raça, de gênero e de trabalho.** 2018. Monografia de Licenciatura em Pedagogia - UFPE, Caruaru, 2018.
- LOGRADO, Dalila Fernandes et al. Material didático sobre ecofeminismo: relato de experiência de um projeto das disciplinas de relações sociais de gênero e metodologia e prática do ensino em Ciências Sociais I. **Semana de Pedagogia**, 2023.
- LOPES, Beliza Stasinski. **Sociologia no ensino médio: o que ensinamos sobre gênero.** 2015. Artigo de Especialização em Sociologia no Ensino Médio - UFSM, Santa Maria, 2015.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis: Vozes, 1997.
- MAGALHÃES, Juliana Guidi. **Os fundamentos liberais conservadores da ideologia de gênero e do programa “Escola Sem Partido”: a práxis educativa como alternativa no ensino de sociologia crítica.** 2020. Dissertação de Mestrado em Ensino de Sociologia - UNESP, Marília, 2020.
- MARTINS, Rivelino Lourenço; OKADO, Elaine Regina Botter. Acerca das contribuições do Teatro do Oprimido de Augusto Boal para o debate de gênero no Ensino de Sociologia. In: **Ensino de Sociologia: Perspectivas, desafios e práticas.** Editora Científica Digital, 2022. p. 44-55.
- MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 333-357, 2008.
- MEC/INEP. **Censo da Educação Básica.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017.
- MEDEIROS, Carla Roberta Correia de et al. **Gênero e sexualidade nos livros didáticos de Sociologia no Ensino Médio das escolas do Agreste Pernambucano: retrocessos, desafios e resistência na conjuntura atual das reformas educacionais no Brasil.** 2023. Dissertação de Mestrado em Ensino de Sociologia – UFCG, Campina Grande, 2023.
- MESQUITA, Thyago Paiva; GEMES, Ivaldinete de Araújo Delmiro. **Discussões de gênero no ensino de Sociologia: uma análise a partir de uma turma de ensino médio técnico.** 2023. Resumo para participação do 8º ENESEB.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017.
- MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, p. e185302, 2018.
- MOCELIN, Daniel Gustavo. A pesquisa em defesa da sociologia escolar. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 8, p. 10117-10142, 2023.

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. **Tempo Social**, v. 15, p. 5-20, 2003.

MOTA, Kelly Cristine Corrêa da Silva. Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, p. 88-107, 2005.

NEVES, Ana Beatriz Maia. **Mulheres na frente e atrás das telas: gênero e direitos das mulheres no ensino de Sociologia-possibilidades de abordagem a partir de filmes**. 2020. Dissertação de Mestrado em Ensino de Sociologia - UNESP, Marília, 2020.

OLIVEIRA, Amurabi. **O campo do ensino de Sociologia no Brasil: gênese, agentes e disputas**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2023.

OLIVEIRA, Amurabi. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. **Acta Scientiarum. Education**, p. 179-189, 2013.

OLIVEIRA, Amurabi. Um balanço sobre o campo do ensino de Sociologia no Brasil. **Em Tese**, v. 12, n. 2, p. 6-16, 2015.

ORSATO, Andréia; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Relações de gênero no ensino de Sociologia do IFSul. **Retratos da Escola**, v. 12, n. 22, p. 87-99. 2018.

OSÓRIO, Andréa; SARANDY, Flávio. Uma palavra sobre o silêncio: conteúdos de gênero para Sociologia nos PCN, OCN e BNC. **Revista Inter-Legere**, v. 1, n. 18, p. 58-75, 2016.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. As temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual no ensino médio: interface entre a institucionalização da Sociologia e a extensão universitária. **Contemporânea**, v. 6, n. 1, p. 119-132, 2016.

PEÇANHA, Valéria Lopes; TOMASS, Lea Maria. Ensino de Sociologia e as questões de gênero e sexualidade na Educação Básica: contribuições do VI ENESEB. In: OLIVEIRA, Amurabi; ENGEROFF, Ana Martina Baron, OLIVEIRA, Diego Greinert; CIGALES, Marcelo. **Conquistas e Resistências do Ensino de Sociologia: ENESEB 2019**. Maceió: Café com Sociologia, p. 157, 2021.

PEREIRA, Flávia da Costa. **Desigualdade de gênero e violência contra mulher: o que dizem os livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio?**. 2018. Monografia de Licenciatura em Ciências Sociais - UFCG, Sumé, 2018.

PEREIRA, Márcia Menezes. Contribuições dos estudos de gênero para a abordagem da família na Sociologia escolar. **Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia**, n. 26, p. 72-87. 2020.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 10, n. 1, p. 193-198, 2011.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

REIS, Ramon; ANDERSON, Kirla. **Construindo trajetórias no IFPA: produzindo caminhos possíveis entre o ensino de Sociologia e os marcadores de gênero e raça**. Resumo para participação do 8º ENESEB.

RIBEIRO, Alice. **A escola x LGBTQIA+: percepções dos estudantes do EM público sobre marcadores sociais da diferença e distância social na Baixada Fluminense**. VI Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Amanda Moura; DA SILVA, Daniel Vilhas Mauricio; FREITAS, Matheus Silva. As temáticas de gênero e sexualidade no ensino de Sociologia no Ensino Médio: uma análise das concepções de docentes da cidade de Viçosa/MG. **Revista Três Pontos**, v. 14, n. 2. 2017.

SARANDY, Flávio. Ensino de Sociologia: insulamento e invisibilidade de uma disciplina. In: FIGUEIREDO, A. V.; OLIVEIRA, L. F.; PINTO, N. M. (Org.). **Sociologia na sala de aula: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio. 2012. p. 47-72.

SCIREA, Luísa Bonetti et al. **Gênero, educação e Sociologia: uma proposta de trabalho didático para o Ensino Médio da rede pública de ensino do estado de Santa Catarina**. 2014. Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais- UFSC, Florianópolis, 2014.

SCOTT, Joan Wallach et al. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 45, 2012.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEVILLA, Gabriela; SEFFNER, Fernando. Gênero e sexualidade nas aulas de Sociologia: desafios do novo contexto brasileiro. **V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**, v. 1, p. 1-10, 2017.

SILVA, Josefa Alexandrina; MESTRE, Simone. GD 10-Ensino de Ciências Sociais e relações étnico-raciais e de gênero. In: **Congresso Nacional da ABECS**. 2022. p. 289-329.

SILVA, Valéria Patrícia Araújo. Trabalhando gênero em sala de aula: temas e conceitos no ensino de Sociologia. **II CONEDU**, 2015.

VANTI, Nadia. A Cientometria revisitada à luz da expansão da ciência, da tecnologia e da inovação. **Ponto de Acesso**, 5(3), 5–31, 2012.

VIOTTO, Márcia Regina. Tema do aborto nas aulas de Sociologia. **Comunicação & Educação**, n. 14, p. 103-112, 1999.

YOSHIMOTO, Eduardo. **Gênero, sexualidade e midiaticização no ensino de Sociologia: podcast escolar produzido com educandas e educandos do Ensino Médio**. 2020. Tese de Doutorado em Educação Escolar- UNESP, Araraquara, 2020.

YOUNG, Michael. **O currículo do futuro: da nova Sociologia da educação a uma teoria crítica do aprendizado**. Campinas: Papirus, 2000.

ANEXO A- TABELA DE PRODUÇÕES ANALISADAS

TÍTULO	AUTORIA
“Gênero, educação e sociologia”: Uma proposta de trabalho didático para o Ensino Médio da rede pública de ensino do estado de Santa Catarina	SCIREA, Luísa Bonetti
“Ideologia de gênero” e Escola Sem Partido: desafios do ensino da Sociologia na política brasileira a partir dos embates hegemônicos em torno da educação	DE PAULA SILVA, Silas Veloso; NARA, Isabella Costa Alves; BARRETO, Fernanda Gueiros Vidal
A importância da sociologia na desmistificação do ensino de gênero e sexualidade na educação básica	ARAÚJO, Luiz Fernando Carvalho
A Noção de Gênero nos Livros Didáticos de Sociologia para o Ensino Médio	HIDAKA, Renato Kendy; ABDO, Gabriela Sebba
A representação imagética da mulher negra nos livros didáticos de História, Geografia e Sociologia do ensino médio da rede estadual da cidade de Agrestina-PE: percepções de raça, de gênero e de trabalho.	LIRA, Maria Mônica de
Acerca das contribuições do Teatro do Oprimido de Augusto Boal para o debate de gênero no Ensino de Sociologia	MARTINS, Rivelino Lourenço; OKADO, Elaine Regina Botter
Ainda sobre a “ideologia de gênero”: discursos de docentes de ciências humanas e sociais da educação básica	DE MENEZES, Rafael Danrley Barra; DA SILVA, Francisco Vieira
Apresentação do dossiê Raça, gênero e Ensino de Ciências Sociais/Sociologia	DAS NEVES BODART, Cristiano; DE SANTANA, Maíra Honorato Marques; DE MORAES, Fabio Monteiro
As possibilidades e os limites das discussões de gênero no ensino de sociologia numa escola da rede estadual em Caruaru-PE	ALMEIDA, Monica Maria de
As temáticas de gênero e sexualidade no ensino de Sociologia no Ensino Médio: uma análise das concepções de docentes da cidade de Viçosa/MG	SANTOS, Amanda Moura; DA SILVA, Daniel Vilhas Mauricio; FREITAS, Matheus Silva
As temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual no ensino médio: interface entre a institucionalização da Sociologia e a extensão universitária	PASSAMANI, Guilherme Rodrigues
Construindo Trajetórias no IFPA: Produzindo Caminhos Possíveis entre o Ensino de Sociologia e os marcadores de Gênero e Raça	REIS, Ramon; ANDERSON, Kirla
Contribuições dos estudos de gênero para a abordagem da	

TÍTULO	AUTORIA
família na sociologia escolar	PEREIRA, Márcia Menezes
Desigualdade de gênero e violência contra mulher: o que dizem os livros didáticos de sociologia para o Ensino Médio?	PEREIRA, Flávia da Costa
Discussões de Gênero no Ensino de Sociologia: uma Análise a partir de uma Turma de Ensino Médio Técnico	MESQUITA, Thyago Paiva; GEMES, Ivaldinete de Araújo Delmiro
Ensino de Sociologia e as Questões de Gênero e Sexualidade na Educação Básica: Contribuições do VI ENESEB	PEÇANHA, Valéria Lopes; TOMASS, Lea Maria
Feminicídio: dados sobre a violência de gênero e possibilidades de intervenção didática no ensino de sociologia	DA MOTA JUNIOR, Raimundo Borges
GD 10- Ensino de Ciências Sociais e Relações Étnico-Raciais e de Gênero	SILVA, Josefa Alexandrina; MESTRE, Simone
Gênero e Sexualidade nas Aulas de Sociologia: Desafios do Novo Contexto Brasileiro	SEVILLA, Gabriela; SEFFNER, Fernando.
Gênero e sexualidade no ensino de sociologia: uma alternativa pedagógica	BARBOSA, Inaê Iabel
Gênero e sexualidade nos livros didáticos de Sociologia no Ensino Médio das escolas do Agreste Pernambucano: retrocessos, desafios e resistência na conjuntura atual das reformas educacionais no Brasil	MEDEIROS, Carla Roberta Correia de et al
Gênero e Sexualidades nas aulas de Sociologia: um olhar sobre a percepção discente	BURILLE, Stephanie.
Gênero e sociologia no ensino médio: entre ensinar e aprender	ARAUJO, Natália Cristina Sganzella de
Gênero, Sexualidade e Educação: como egressos do Ensino Médio avaliam a experiência que tiveram nas aulas de Filosofia e Sociologia	DE SOUZA, Helder Júnio; TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins
Gênero, sexualidade e midiaticização no ensino de Sociologia: podcast escolar produzido com educandas e educandos do Ensino Médio	YOSHIMOTO, Eduardo
Material Didático sobre Ecofeminismo: relato de experiência de um projeto das disciplinas de Relações Sociais de Gênero e Metodologia e Prática do Ensino de Ciências Sociais I	LOGRADO, Dalila Fernandes et al
Mulheres na frente e atrás das telas: gênero e direitos das mulheres no ensino de sociologia-possibilidades de abordagem a partir de filmes	NEVES, Ana Beatriz Maia

TÍTULO	AUTORIA
O “combate à ‘ideologia de gênero’” e o impacto sobre o ensino de ciências humanas sociais	BARBOSA, Inaê Iabel; OLIVEIRA, Amurabi
Os fundamentos liberais conservadores da ideologia de gênero e do programa “escola sem partido”: a práxis educativa como alternativa no ensino de sociologia crítica	MAGALHÃES, Juliana Guidi
Questões de gênero no Ensino Médio: interfaces em Sociologia, Biologia e interdisciplinaridade	DOS REIS, Neilton; DOS REIS, Isabela
Raça, gênero e Ensino de Sociologia: uma análise da produção científica	DAS NEVES BODART, Cristiano.
Refletindo o Ensino de Sociologia e a Questão de Gênero: experiências, currículo e formação docente	DE ANDRADE, Rafael Ademir Oliveira; MENEZES, Elisangela Ferreira
Relação entre evasão escolar, gênero e trabalho: o lugar da Sociologia na compreensão da realidade escolar	ALMEIDA, Flávio Jacinto et al.
Relações de gênero no ensino de sociologia do IFSul	ORSATO, Andréia; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira
Ressignificando o ensino de sociologia: o uso de narrativas gamificadas como prática pedagógica para o estudo das relações de gênero	CERON, Ariad Cristina Fernandes Aranha
Sociologia no ensino médio: o que ensinamos sobre gênero	LOPES, Beliza Stasinski
Trabalhando Gênero em Sala de Aula: Temas e Conceitos no Ensino de Sociologia	SILVA, Valéria Patrícia Araújo
Uma palavra sobre o silêncio: conteúdos de gênero para sociologia nos PCN, OCN E BNC	OSÓRIO, Andréa; SARANDY, Flávio